



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA
Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, 1900, - Bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-710
Telefone: - www.crcsc.org.br E-mail: crcsc@crcsc.org.br

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Lei n.º 14.133/2021

Pregão
Compras e Serviços

Setor Requisitante: Departamento de Comunicação - CRCSC	
Responsável pela Demanda: Ana Cláudia Antunes Vallejos	
E-mail: comunicacao1@crcsc.org.br	Matrícula: 013

1. Objeto

- Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR com as seguintes especificações: 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos para criar e editar que permita a personalização com cores e logotipos, QR Codes Estatísticos ilimitados e download com qualidade de impressão JPG, PNG, SVG e EPS. Com capacidade ilimitada de coletar estatísticas de Scans. Criação múltiplos QR Codes estatísticos – texto e assim como QR codes dinâmicos websites através de um CSV, com limites de Qr Code criados por lote. Limite de 3.000 (três mil) solicitações de API por mês. Permissão de 2 (dois) usuários por conta. Delimitar o objeto da contratação de forma sucinta.

2. Justificativa da necessidade da contratação, considerando o Planejamento Estratégico

- O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina tem como pilares o registro, a fiscalização e o estímulo à educação profissional continuada. Prerrogativas essas que, para que se cumpram de forma efetiva, necessitam de ampla divulgação, a fim de informar ao profissional da contabilidade e a sociedade como um todo, sobre toda e qualquer tipo de ação referente ao registro, fiscalização e eventos/cursos realizados pela entidade.

Essas informações são disseminadas nos canais de comunicação do CRCSC, a maioria destes digitais, acompanhando a evolução da sociedade, que se faz cada vez mais tecnológica. Os canais digitais trazem ainda maior velocidade da notícia e clareza da informação, por isso seu uso se faz necessário e é tão relevante.

Contudo, para acompanhar este avanço e tornar o acesso à informação ainda mais rápido e prático, busca-se ferramentas que facilitem esse livre e instantâneo acesso. Desta forma, se faz necessária a contratação de um plano de serviços de Códigos QR, com objetivo de maior interação com os usuários de gadgets (dispositivos eletrônicos) e outros aparelhos, nas divulgações institucionais e eventos do CRCSC.

O mecanismo visa trazer informações mais consistentes sobre determinada campanha ou evento, levando o usuário à uma página ou site do CRCSC com conteúdos adicionais. Tem ainda a importante função de proteção ao meio ambiente, uma vez que evita a impressão de papéis, já que permite ao usuário acessar qualquer informação, por meio de dispositivo eletrônico. .

3. Plano Anual de Contratação - PAC / Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI (conforme o caso):

- A contratação está prevista no PAC, item 21, com valor de R\$ 1.201,20.

4. Projeto do Plano de Trabalho:

- 3017 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

5. Conta-Contábil:

- 6.3.1.3.02.01.005

6. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação de serviços

- 10/03/2024

7. Indicação dos membros da equipe de planejamento (identificar o Integrante Requisitante, conforme o caso):

1. Maitiele Weber
2. Ana Cláudia Antunes Vallejos
3. Bianca Backes



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Neves Antunes, Assessora de Comunicação**, em 24/01/2024, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0207151** e o código CRC **674889F4**.

Referência: Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83

SEI nº 0207151

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

Memorando nº 3/2023/CRCSC-DEINFRA/CRCSC-DAI/CRCSC-PRES/CRCSC-CONSDIR/CRCSC-PLEN/CRCSC

Senhor, JULIANO DA CONCEIÇÃO PARADEDA

Auxiliar Administrativo

Assunto: Nomeação da Equipe de Planejamento da Contratação e Fiscalização de Contrato.

1. Com base no DFD apresentado, se faz necessária a nomeação da equipe de de planejamento da contratação e de fiscalização do contrato, nos termos do art. 7º da Lei federal 14.133/2021.
2. A equipe de planejamento da contratação deverá ser composta pela Sra. Maitiele Weber (Coordenadora) e Ana Cláudia Antunes Vallejos (membro).
3. A equipe deverá elaborar e assinar os documentos de planejamento da contratação (ETP, TR e GR) no sistema de compras do governo federal.
4. O prazo para finalização dos trabalhos deverá constar da nomeação, 07/02/2024, momento em que a fase interna do processo deve estar finalizada.
5. Deverá também ser nomeada a equipe de fiscalização do contrato, com a Sra. Maitiele Weber como fiscal titular, Ana Cláudia Antunes Vallejos como fiscal substituto, Jhonatan Alberto Costa como gestor titular e Hermelindo Júnior Soares como gestor substituto do contrato.
6. Os agentes devem tomar conhecimento das nomeações, nos termos do §1º do art. 8º do decreto 11.246/2023.
7. Submeter para avaliação da presidência do CRCSC, dando, posteriormente, os encaminhamentos necessários.

Documentos I - DFD (SEI nº 0205171).

Relacionados:

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Santos Oliveira, Auxiliar Administrativo**, em 24/01/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0207197** e o código CRC **0210D5E5**.

PORTARIA CRCSC N.º 025, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Ficam designados os funcionários abaixo relacionados para comporem equipe de planejamento de contratação, nos termos do art. 7º da Lei federal 14.133/2021, visando a contratação de Serviços - Plano Anual - destinados a concessão de códigos QR.

I – Maitieli Oliveira Weber – matrícula 331, coordenador(a);

II – Ana Cláudia Antunes Vallejos – matrícula 013, membro;

Art. 2º A equipe deverá elaborar e assinar os documentos de planejamento da contratação (ETP, TR e GR) no sistema de compras do governo federal, nos termos do art. 18º da Lei federal 14.133/2021.

Art. 3º Fica estabelecido prazo para entrega dos trabalhos em 07/02/2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá validade até a assinatura do(s) contrato(s) oriundo(s) do processo citado.

CONTADORA MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS
Presidente

Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS (CPF XXX.133.239-XX) em 25/01/2024 17:16:28

PORTARIA CRCSC N.º 026, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Ficam nomeadas os funcionários, abaixo relacionadas, como Gestores e Fiscais de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato decorrente do Processo SEI nº 9079626110000691.000001/2024-83.

Gestor Titular:	Jhonatan Alberto Costa	Matrícula:	254
Gestor Substituto:	Hermelindo Júnior Soares	Matrícula:	195
Fiscal (Titular):	Maitieli Oliveira Weber	Matrícula:	331
Fiscal (Substituto):	Ana Claudia Antunes Vallejos	Matrícula:	013
Objeto:	Contratação de Serviços - Plano Anual - destinados a concessão de códigos QR.		
Tipo de contratação do objeto desta contratação:			
	Aquisição		Serviço não continuado
X	Serviço continuado		Obra e reforma abaixo de R\$650.000,00
	Serviço continuado com cessão de mão de obra		Obra e reforma acima de R\$650.000,00

Art. 2º A equipe de gestores e fiscais de contrato deverá adotar o Decreto nº 11.246/2022, que dispõe sobre a atuação dos gestores e fiscais de contratos no âmbito da administração pública federal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá validade enquanto permanecer vigente o contrato.

CONTADORA MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS

Presidente

Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS (CPF XXX.133.239-XX) em 25/01/2024 17:16:28

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Em conformidade com o previsto no §1º do art. 8º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, e com o inciso III do art. 8º da IN SEGES 05/2017, eu, **Maitieli Oliveira Weber**, empregada efetiva deste Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, sob a matrícula nº **331**, registro minha cientificação quanto as indicações para membro de equipe de planejamento da contratação, conforme Portaria de Designação nº 025/2024 e para atuar como fiscal de contrato, conforme Portaria Designação nº 026/2024, ambas acostadas ao presente processo.

Nos termos do que estabelece o art. 10 do Decreto nº 11.246/2022, informo que:

Encontro-me apto para a atribuição a mim conferida.

Necessito de treinamento para a atribuição a mim conferida, considerando a especificidade dos serviços objeto do presente processo.

Declaro pleno conhecimento das disposições previstas no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Maitieli Oliveira Weber



Documento assinado eletronicamente por **Maitieli Oliveira Weber, Coordenadora**, em 01/02/2024, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0209295** e o código CRC **9E7990A3**.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Em conformidade com o previsto no §1º do art. 8º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, e com o inciso III do art. 8º da IN SEGES 05/2017, eu, **Ana Claudia Antunes Vallejos**, empregada efetiva deste Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, sob a matrícula nº **013**, registro minha cientificação quanto as indicações para membro de equipe de planejamento da contratação, conforme Portaria de Designação nº 025/2024 e para atuar como fiscal de contrato, conforme Portaria Designação nº 026/2024, ambas acostadas ao presente processo.

Nos termos do que estabelece o art. 10 do Decreto nº 11.246/2022, informo que:

Encontro-me apto para a atribuição a mim conferida.

Necessito de treinamento para a atribuição a mim conferida, considerando a especificidade dos serviços objeto do presente processo.

Declaro pleno conhecimento das disposições previstas no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Ana Claudia Antunes Vallejos



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Neves Antunes, Assessora de Comunicação**, em 02/02/2024, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0209296** e o código CRC **6CFC4E34**.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Em conformidade com o previsto no §1º do art. 8º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, eu, **Jhonatan Alberto Costa**, empregado efetivo deste Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, sob a matrícula nº **254**, registro minha cientificação quanto a indicação para atuar como fiscal de contrato/gestor, conforme Portaria Designação nº 026/2024, acostada ao presente processo.

Nos termos do que estabelece o art. 10 do Decreto nº 11.246/2022, informo que:

Encontro-me apto para a atribuição a mim conferida.

Necessito de treinamento para a atribuição a mim conferida, considerando a especificidade dos serviços objeto do presente processo.

Declaro pleno conhecimento das disposições previstas no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Jhonatan Alberto Costa



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Alberto Costa, Coordenador**, em 31/01/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0209298** e o código CRC **53B14503**.

Referência: Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83

SEI nº 0209298

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Em conformidade com o previsto no §1º do art. 8º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, eu, Hermelindo Junior Soares, empregado efetivo deste Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, sob a matrícula nº 195, registro minha cientificação quanto a indicação para atuar como gestor/fiscal de contrato, conforme Portaria Designação nº 026/2024, acostada ao presente processo.

Nos termos do que estabelece o art. 10 do Decreto nº 11.246/2022, informo que:

Encontro-me apto para a atribuição a mim conferida.

Necessito de treinamento para a atribuição a mim conferida, considerando a especificidade dos serviços objeto do presente processo.

Declaro pleno conhecimento das disposições previstas no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Hermelindo Junior Soares



Documento assinado eletronicamente por **Hermelindo Junior Soares, Coordenador**, em 29/01/2024, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0209299** e o código CRC **F44CB517**.

Referência: Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83

SEI nº 0209299

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 9079626110000691.000001/202483

2. Descrição da necessidade

2.1. - O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina tem como pilares o registro, a fiscalização e o estímulo à educação profissional continuada, prerrogativas essas que, para que se cumpram de forma efetiva, necessitam de ampla divulgação, a fim de informar ao profissional da contabilidade e a sociedade como um todo, sobre toda e qualquer tipo de ação referente ao registro, fiscalização e eventos/cursos realizados pela entidade.

2.2. - Essas informações são disseminadas nos canais de comunicação do CRCSC, a maioria destes digitais, acompanhando a evolução da sociedade, que se faz cada vez mais tecnológica. Os canais digitais trazem ainda maior velocidade da notícia e clareza da informação, por isso seu uso se faz necessário e é tão relevante.

2.3. - Contudo, para acompanhar este avanço e tornar o acesso à informação ainda mais rápido e prático, busca-se ferramentas que facilitem esse livre e instantâneo acesso. Desta forma, se faz necessária a contratação de um plano de serviços de Códigos QR, com objetivo de maior interação com os usuários de gadgets (dispositivos eletrônicos) e outros aparelhos, nas divulgações institucionais e eventos do CRCSC.

2.4. - O mecanismo visa trazer informações mais consistentes sobre determinada campanha ou evento, levando o usuário à uma página ou site do CRCSC com conteúdos adicionais. Tem ainda a importante função de proteção ao meio ambiente, uma vez que evita a impressão de papeis, já que permite ao usuário acessar qualquer informação, por meio de dispositivo eletrônico.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Comunicação	Ana Cláudia Antunes Vallejos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR com as seguintes especificações:

4.1.1. - 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos para criar e editar que permita a personalização com cores e logotipos, QR Codes Estatísticos ilimitados e download com qualidade de impressão JPG, PNG, SVG e EPS.

4.1.2. - Capacidade ilimitada de coletar estatísticas de Scans.

4.1.3. - Criação de múltiplos QR Codes estatísticos – texto e assim como QR codes dinâmicos websites através de um CSV, com limites de Qr Code criados por lote.

4.1.4. - Limite de 3.000 (três mil) solicitações de API por mês. Permissão de 2 (dois) usuários por conta.

5. Levantamento de Mercado

5.1. - Em consonância com os incisos I e II do art. 5º da IN 65/2021, foi consultado o painel preços que não retornou resultados consistentes para o objeto em tela.

5.2. - Dessa forma, conforme o item III do art. 5º da IN 65/2021, procedeu-se a pesquisa em sítios eletrônicos especializados, que retornou os seguintes resultados:

PREÇOS COLETADOS		
	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00
MEDIA	R\$ 95,97	R\$ 1.151,64

5.3. - Dessa forma, foi estabelecido o valor de **R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos)** anuais como valor estimado para a contratação, obtida através da média aritmética simples dos valores encontrados no mercado, em consonância com o art. 6º da IN 65/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. - Quantidade e Personalização de QR Codes Dinâmicos:

6.1.1. - Disponibilização de 50 QR Codes dinâmicos, com a capacidade de criação e edição. Ferramenta de personalização avançada, permitindo a seleção de cores e inclusão de logotipos nos QR Codes.

6.2. - QR Codes Estatísticos:

6.2.1. - Oferta de QR Codes estatísticos ilimitados, em conformidade com a demanda por uma análise abrangente da utilização dos códigos. Possibilidade de download das estatísticas em formatos de qualidade de impressão, incluindo JPG, PNG, SVG e EPS.

6.3. - Coleta Ilimitada de Estatísticas de Scans:

6.3.1. - Implementação de capacidade ilimitada para coletar estatísticas de scans, fornecendo uma visão detalhada do engajamento do público.

6.4. - Criação Múltiplos QR Codes Estatísticos e Dinâmicos:

6.4.1. - Facilidade para criar múltiplos QR Codes estatísticos, tanto baseados em texto quanto QR Codes dinâmicos para websites. Importação eficiente através de arquivos CSV para criação de lotes, com limites específicos para gerenciamento organizado.

6.5. - Limite de Solicitações de API:

6.5.1. - Estabelecimento de um limite de 3.000 solicitações de API por mês, garantindo uma utilização controlada e eficiente dos recursos.

6.6. - Permissão de Usuários:

6.6.1. - Concessão de permissão para até 2 usuários por conta, permitindo colaboração e garantindo a segurança no acesso à plataforma.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. - Quantidade: 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos com acesso através de conta com permissão para 02 (dois) usuários. A estimativa foi definida através de experiências pregressas por parte do setor com o objeto a ser contratado, sendo que a quantidade estimada atende as necessidades do órgão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.151,64

8.1. - A estimativa foi determinada pela média apresentada em pesquisa de preços, conforme determinação da IN 65/2021, de acordo com levantamento apresentado de maneira pormenorizada no Relatório Crítico de Preços, Anexo I do presente ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. - Devido a natureza do objeto a ser contratado, não se faz necessário o parcelamento da solução, devendo a mesma ser entregue em parcela única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. - Processo administrativo nº 2023/000024, Dispensa de Licitação 07/2023 aberto com o mesmo objeto, tendo vencimento previsto para o mês de março/2024, sendo indispensável a sua renovação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. - A contratação está prevista no PCA 2024 do CRCSC, em seu item 21.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. - A aquisição irá proporcionar diversos benefícios, dentre os quais destaca-se:

12.1.1. - Personalização Avançada: Capacidade de criar e editar 50 QR Codes dinâmicos com personalização de cores e logotipos oferece flexibilidade para adaptar os códigos de acordo com as necessidades de branding e design.

12.1.2. - Análise Estatística Abrangente: A disponibilidade de QR Codes estatísticos ilimitados e a capacidade ilimitada de coletar estatísticas de scans fornecem insights valiosos sobre o desempenho e a eficácia das campanhas de QR Code.

12.1.3. - Qualidade de Impressão: O download em formatos de alta qualidade (JPG, PNG, SVG e EPS) garante que os códigos QR possam ser utilizados em materiais de marketing, impressos ou digitais, mantendo uma qualidade visual elevada.

12.1.4. - Criação Eficiente de QR Codes: A capacidade de criar múltiplos QR Codes estatísticos e dinâmicos através de um arquivo CSV agiliza o processo para grandes quantidades, oferecendo eficiência na gestão de campanhas extensas.

12.1.5. - Limite de Solicitações de API: O estabelecimento de um limite de 3.000 solicitações de API por mês assegura uma utilização equilibrada dos recursos, evitando sobrecarga e proporcionando um controle adequado.

12.1.6. - Colaboração e Segurança: A permissão para até 2 usuários por conta facilita a colaboração entre membros da equipe, permitindo o gerenciamento conjunto das campanhas de QR Code, ao mesmo tempo em que mantém a segurança e controle de acesso.

12.2. - Esses benefícios combinados proporcionam uma solução abrangente para que o CRCSC possa integrar efetivamente os códigos QR em suas estratégias de marketing, rastreamento e interação com o público-alvo. A personalização, análise de dados e eficiência na criação dos códigos contribuem para uma abordagem mais eficaz e orientada por dados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. - Não se vislumbra nenhuma providência a ser adotada em relação a contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. - Devido a natureza do objeto, não se vislumbra nenhum possível impacto ambiental para a demanda.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

O presente estudo cumpre com todos os requisitos formais.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Equipe de apoio

ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - RELATÓRIO CRÍTICO DE PREÇOS.pdf (1.02 MB)

Anexo I - RELATÓRIO CRÍTICO DE PREÇOS.pdf

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/PLANO ANUAL DESTINADOS A CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR.

I - IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO;

Cotação realizada pela funcionária Ana Cláudia Antunes Vallejos, matrícula 13, Assessor de Comunicação.

II - CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS;

Inicialmente, foi consultado o painel preços, conforme incisos I e II do art. 5º da IN 65/2021, que acabou por não retornar resultados consistentes para o objeto em tela.

Dessa forma, conforme o item III do art. 5º da IN 65/2021, procedeu-se a pesquisa em sítios eletrônicos especializados, que retornou os seguintes resultados:

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS;

PREÇOS COLETADOS		
FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00

IV - MÉTODO MATEMÁTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO;

De acordo com o Art. 6º da IN 65/2021, pode se utilizar a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços para se estabelecer o preço estimado para a demanda:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Para a obtenção dos valores finais, utilizou-se a média aritmética simples dos 3 valores obtidos na pesquisa.

V - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL.

A utilização da média aritmética simples dos 3 valores obtidos na pesquisa se justifica por tal método trazer uma medida de tendência central para demonstrar a variação padrão dos resultados. Dessa, obteve-se os seguintes valores:

PREÇOS COLETADOS		
FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00
MEDIA	R\$ 95,97	R\$ 1.151,64

Em conclusão, conforme levantamento de mercado, tem-se o valor médio de **R\$ 1.151,64 (tres mil quatrocentos e trinta e tres reais e cinquenta centavos)** para a demanda. Esse valor deve ser usado como parâmetro para o valor máximo aceitável para a contratação.

ANA CLÁUDIA ANTUNES VALLEJOS
Equipe de Apoio

ANEXO I – ORÇAMENTOS REALIZADOS

Sítios eletrônicos especializados pesquisados:

- 1) E-lemento: <https://www.e-lemento.com/pt-br/#prices>
- 2) QRFY: <https://qrfy.com/pt/pricing>
- 3) QR Code Generator: https://br.qr-code-generator.com/precos/?gclid=Cj0KCQiAh8OtBhCQARIsAlkWb69_WYw22eCqn0R2c23o_WEDhWiZTOZ4t14XXfL2PI5BtvbrVp%E2%80%A6

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=a22d927c-fdc5-4318-afc5-e91013662b91&sequencia=2809>

Planos e preços

Experimente gratuitamente por 7 dias antes de assinar o plano mais adequado às suas necessidades.

Melhor valor - Economize 50%

12 MESES

~~R\$ 214,99~~

R\$ 107,99 /Mês

Cobrado anualmente

Comprar

6 MESES

R\$ 160,99 /Mês

Faturado semestralmente

Comprar

3 MESES

R\$ 214,99 /Mês

Faturado trimestralmente

Comprar



Se você representa uma organização sem fins lucrativos, universidade, escola ou outra entidade similar, convidamos você a entrar em contato com nossa equipe de suporte para lhe oferecer uma solução que atenda às suas necessidades. [Entre em contato conosco](#)

Todos os planos incluem:



Crie QRs estáticos e dinâmicos ilimitados

Crie QRs ilimitados e atualize-os quando quiser em tempo real.



Variedade de tipos de QR

Escolha entre vários tipos de QR, como URL, PDF, Menu e muito mais.



Variedade de formatos de descarregamento

Baixe seu QR em PNG, SVG, PDF, entre outros.



Usuários ilimitados

Convide os usuários que deseja para colaborar na criação e gestão do seu QR.



Análise completa de QR

Obtenha estatísticas sobre o número de varreduras, locais e dispositivos do usuário.



Edição e gestão de QR

Personalize seus QRs com cores, fontes e logotipo de sua preferência, entre outras opções.



Digitalizações ilimitadas

Seus QRs podem ser escaneados ilimitadamente.



Criação e download em massa

Gere vários QRs com CSV ou API REST e obtenha-os em um único download.



Integre Google e pixel do Facebook

Acompanhe a interação com seus QRs.



Suporte Premium

Receba assistência técnica prioritária e personalizada para solucionar qualquer problema.

**Cancele quando quiser**

Cancele sua assinatura a qualquer momento, sem restrições.

**Domínio personalizado**

Use seu próprio domínio para personalizar a URL de seus QRs.

Perguntas sobre planos

Posso mudar meu plano? >

Vocês oferecem reembolsos para períodos de subscrição não utilizados? >

Eu tenho acesso total com algum plano? >

Posso tentar de graça? >

Que tipos de pagamentos você aceita? >

Como posso cancelar minha assinatura? >

Experimente nosso gerador de código QR por 7 dias gratuitamente.

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=a22d927c-fdc5-4318-afc5-e91013662b91&sequencia=2809>

<https://qrify.com/pt/pricing>

Estudo (0214644)

SEI 9079626110000691.000001/2024-83 / pg. 26



- Stats
- My QR Codes**
- Templates
- Settings
- Billing
- Users
- Contact
- API Docs
- Help Center
- Log Out

My QR Codes

New folder

Create QR Code

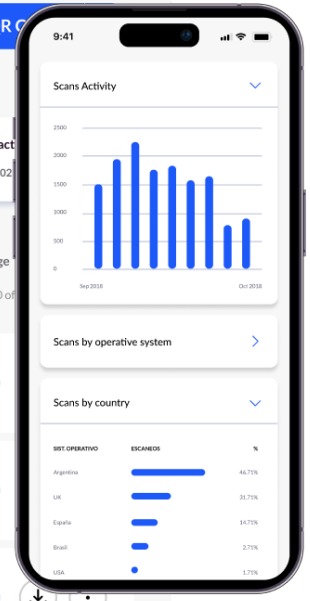
MY FOLDER

Dinner Menu 5 Nov 2023 23	Cocktails 20 Feb 2023 8	Best Deals 17 Mar 2023 1	Social Media 28 Nov 2023 5	Contact 1 Jul 2023
-------------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------

MY QR CODES

Search...
 QR code status: Active
 Qr code type: All
 Sort by: Most recent
 Quantity: 5
 Page: 100 of

<input type="checkbox"/>		Menú Breakfast and Brunch qr.fy.mobi/p/breakfast	Dinner Menu qr.fy.mobi/p/breakfast	129 Scans	Detail
<input type="checkbox"/>		QR VCard Contact qr.fy.mobi/p/contact-us	Contact Address qr.fy.mobi/p/contact-us	53 Scans	Detail
<input type="checkbox"/>		QR URL Barley's Burger qr.fy.mobi/p/barleys	Social Media qr.fy.mobi/p/barleys	481 Scans	Detail



QR FLY

Crie seus próprios códigos QR e impulsione seu negócio ou ideia

'QR Code' é uma marca registrada da DENSO WAVE INCORPORATED

MENSAL

SEMESTRAL*

ANUAL*

Gratuito

Ad

1



ASSINAR

Ferro

Ad

3

R\$ **7,92** / MÊS

ASSINAR

Bronze

Ad

5

R\$ **15,92** / MÊS

ASSINAR

Prata

Ad

15

R\$ **31,92** / MÊS

ASSINAR

POPULAR

Ouro

Ad

25

R\$ **63,92** / MÊS

ASSINAR

Platina

Ad

50

R\$ **119,92** / MÊS

ASSINAR

Diamante

Ad

100

Enterprise

Ad

∞







R\$ **199,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

R\$ **399,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

Explicação dos Recursos

-  Qr Codes: Quantidade total disponível de forma não cumulativa.
-  Downloads: Tipo de arquivos liberados para download.
-  Analytics: Informações analíticas dos dados de Device e Localização.
-  Device: Informações básicas dos aparelhos que estão efetuando a leitura dos Qr Codes.
-  Localização: Rastreamento da localização (País, Estado e Cidade) de leitura do Qr Code.
-  Ad: Divulgação de material publicitário na visualização dos Qr Codes.

* Os pacotes Semestral e Anual são cobrados o valor total do período.

 Copyright © 2024 E-lemento | [Status](#)



Planos e Preços

Encontre o plano perfeito. Comece com 14 dias de graça.

Professional

R\$ **230,00** /mês
Pagamento anual

COMECE JÁ

250	QR Codes Dinâmicos
Ilimitado	Scans
500	Criação em Massa
10000	Solicitações de API
5	Usuários

Atendimento Premium

MAIS POPULAR

Advanced

R\$ **60,00** /mês
Pagamento anual

COMECE JÁ

50	QR Codes Dinâmicos
Ilimitado	Scans
100	Criação em Massa
3000	Solicitações de API
2	Usuários

Starter

R\$ **30,00**/mês

Pagamento anual

COMECE JÁ

2	QR Codes Dinâmicos
10.000	Scans
1	Usuário

**Imposto não incluído ao valor*

Enterprise

Solução personalizada ideal para organizações que desejam mais QR Codes, white labeling, API e outros recursos adicionais.

CONTATE-NOS

Perguntas frequentes

Posso testar o QR Code Generator Pro gratuitamente? ^

Claro que sim! Seus primeiros 14 dias são por nossa conta. Basta criar a sua conta gratuita para começar. Se você gostar, você pode continuar usando o QR Code Generator PRO fornecendo seus dados de pagamento.

Que formas de pagamento vocês aceitam? ∨

Quando eu posso usar meu plano? ∨

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=a22d927c-fdc5-4318-afc5-e91013662b91&sequencia=2809>

https://br.qr-code-generator.com/precos/?gclid=Cj0KCQiAh80tBhCQARIsAikWb69_WYw22eCqn0R2c23o_WEDhWiZTOZ4t14XXfL2PI5BtvbrVp... 2/5

Quanto tempo dura a assinatura?



Como cancelo a minha assinatura?



Posso mudar para um plano diferente depois?



Você tem descontos para instituições sem fins lucrativos ou de ensino?



Mais dúvidas?

VISITE O NOSSO CENTRO DE AJUDA



Um serviço prestado por

O QR Code Generator permite que você crie as melhores campanhas de marketing com QR Codes rastreáveis, desenhados por você.

Feito com  em Bielefeld

Conecte-se conosco



PRODUTOS

RECURSOS

AJUDA

QUEM SOMOS

DO NOSSO BLOG

The 6 Best Flowcode Alternatives for QR Code Generation

5 Best Alternatives to QR Code Tiger

The Best 7 Beaconstac Alternatives and Competitors

A Complete Breakdown of WeChat QR Codes

Como parte de nosso compromisso com a diversidade, igualdade e inclusão, também queremos tornar nossa linguagem o mais inclusiva possível. Este é um processo contínuo de aprendizagem e desenvolvimento para nós, ao qual alguns de nossos conteúdos mais antigos ainda podem precisar ser adaptados. Saiba mais sobre nossos principais valores corporativos [aqui](#).

© qr-code-generator.com 2024, 'QR Code' é uma marca registrada da DENSO WAVE INCORPORATED

[Termos de Serviço](#)

[Aviso Legal](#)

[Política de Privacidade](#)

[Política de cookies](#)



Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ ANA CLAUDIA NEVES ANTUNES (CPF XXX.906.429-XX) em 02/02/2024 16:53:51

✓ MAITIELI OLIVEIRA WEBER (CPF XXX.566.000-XX) em 02/02/2024 17:58:39

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: a22d927c-fdc5-4318-afc5-e91013662b91

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação
acessando o link abaixo:

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=a22d927c-fdc5-4318-afc5-e91013662b91&sequencia=2809>

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos
6/2024

Responsável pela Edição
EDUARDO SANTOS OLIVEIRA

Data de Criação
02/02/2024 15:56

Objeto da Matriz de Riscos
Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Ocorrências de especificação do objeto	da Especificação inadequada ou incompleta dos objetos em virtude de sua especificidade.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Especificação inadequada ou incompleta dos objetos em virtude de sua especificidade.

Ações Preventivas

P-01	Buscar referências em contratações anteriores				Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
P-02	Verificar padrões usualmente utilizados no mercado				Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
P-03	Seguir normas técnicas vigente				Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Ações de Contingência

C-01	Revisar e alterar as especificações caso necessário				Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
------	---	--	--	--	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Ocorrências de especificação do objeto	na Cotação de preços com base em item inadequado ou diverso ao pretendido	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Dificuldade na coleta de preços por restrições do mercado

Ações Preventivas

P-01	Confirmar a equivalência entre o item especificado e a pesquisa realizada				Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
P-02	Utilização de parâmetros previamente definidos para coleta de preços				Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Ações de Contingência

C-01	Revisar ou realizar novas pesquisas				Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
C-02	Realizar consulta direta a fornecedores para obtenção de preços de comparação				Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Utilização de documentos inadequados	de Atraso no certame e retrabalho com a produção de novos documentos	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Atraso no certame e retrabalho com a produção de novos documentos

Ações Preventivas

P-01	Observar se os documentos produzidos seguem, no que couber, os modelos				Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES
------	--	--	--	--	--

atualizados sugeridos pela CJU/AGU

Responsáveis: VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

P-02 Verificar a existência de atualização de normativos que dão suporte a contratação

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

P-03 Conferir Check list fase interna e documentação anexada ao processo

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Ações de Contingência

C-01 Refazer os documentos e artefatos inadequados

Responsáveis: MAITIELI OLIVEIRA WEBER, ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
--------	-------	----------------	------	--------------	------------------------	---------

R-04 Inobservância de recomendações de CJU-GO Possibilidade de revogação ou anulação do certame Planejamento Administração Médio

Impactos

1 Possibilidade de revogação ou anulação do certame

Ações Preventivas

P-01 Verificar as recomendações apontadas pela CJU-GO e sanear o processo

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Ações de Contingência

C-01 Sugerir a adequação processual, apontando os documentos necessários, ou a revogação do certame **Responsáveis:** ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
--------	-------	----------------	------	--------------	------------------------	---------

R-05 Inobservância do rito processual na fase externa Republicação, revogação ou anulação do certame Seleção do Fornecedor Administração Médio

Impactos

1 Republicação, revogação ou anulação do certame

Ações Preventivas

P-01 Acompanhamento de check list durante a fase externa do certame

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

P-02 Atendimento dentro dos prazos legais dos pedidos de esclarecimento e eventuais impugnações

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

P-03 Observância dos prazos durante a sessão pública

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

P-04 Realização da adjudicação e homologação nos termos previstos na legislação

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Ações de Contingência

C-01 Suspensão do certame **Responsáveis:** ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

C-02 Revisão de atos com retorno de fases do certame

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
--------	-------	----------------	------	--------------	------------------------	---------

R-06 Erros na análise das propostas e habilitação Ampliação do número de recursos Seleção do Fornecedor Administração Médio

Impactos

1 Revogação do certame

Ações Preventivas

P-01 Confeccionar e acompanhar check list da documentação da proposta e habilitação dos fornecedores **Responsáveis:** ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

P-02 Solicitar Nota Técnica quanto a adequação da proposta

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

P-03 Conferir a documentação apresentada e as exigências editalícias

Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=b8ca92ca-4963-4019-be26-2601bd4682e4&sequencia=2811>

Ações de Contingência

C-01	Suspensão da sessão e revisão dos atos praticados	Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
------	---	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Não o acompanhamento de prazos	Atraso ou inexecução do contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Atraso ou inexecução do contrato

Ações Preventivas

P-01	Acompanhar os prazos e notificar o fornecedor quanto a possibilidade de atrasos	Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
------	---	--

Ações de Contingência

C-01	Sugerir a abertura de procedimento apuratório	Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
------	---	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Não conformidade do bem fornecido	Recebimento de bens em desconformidade com as especificações previstas no Termo de Referência	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Recebimento de bens em desconformidade com as especificações previstas no Termo de Referência

Ações Preventivas

P-01	Realizar o adequado recebimento do objeto, conferindo o atendimento das especificações descritas no Termo de Referência	Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
------	---	--

Ações de Contingência

C-01	Recusar o objeto e requerer a substituição	Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
------	--	--

C-02	Sugerir a verificação de possível descumprimento contratual	Responsáveis: ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS, MAITIELI OLIVEIRA WEBER
------	---	--

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes**Equipe de Planejamento****ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS**

Equipe de apoio

MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Equipe de apoio

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=b8ca92ca-4963-4019-be26-2601bde2630c&sequencia=2811>

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=b8ca92ca-4963-4019-be26-2601bde2630c&sequencia=2811>

Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ ANA CLAUDIA NEVES ANTUNES (CPF XXX.906.429-XX) em 02/02/2024 16:53:51

✓ MAITIELI OLIVEIRA WEBER (CPF XXX.566.000-XX) em 02/02/2024 17:58:39

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: b8ca92ca-4963-4019-be26-2601bde2630c

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação
acessando o link abaixo:

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=b8ca92ca-4963-4019-be26-2601bde2630c&sequencia=2811>

Termo de Referência 5/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2024	926099-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - SC	EDUARDO SANTOS OLIVEIRA	02/02/2024 15:49 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação /Serviços de TIC		9079626110000691.000001 /202483

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	R\$ 1.151,64
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O ITEM: R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos) anual.					

1.2. - O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas do DFD do presente processo.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR com as seguintes especificações:

4.1.1. - 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos para criar e editar que permita a personalização com cores e logotipos, QR Codes Estatísticos ilimitados e download com qualidade de impressão JPG, PNG, SVG e EPS.

4.1.2. - Capacidade ilimitada de coletar estatísticas de Scans.

4.1.3. - Criação de múltiplos QR Codes estatísticos – texto e assim como QR codes dinâmicos websites através de um CSV, com limites de Qr Code criados por lote.

4.1.4. - Limite de 3.000 (três mil) solicitações de API por mês. Permissão de 2 (dois) usuários por conta.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. - Criação e entrega dos acessos a conta que estará apta a manipular os QR Codes solicitados, nas características definidas neste TR por parte da CONTRATADA: 02 (dois) dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. - O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. - A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento próprio para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Serviços em Licitação - Atualização 2023 <https://cadas.cgu.gov.br/validacao/AssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=42611>

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

7.2. - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. - não produzir os resultados acordados,

7.2.2. - deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4. - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.7. - O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10. - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.12. - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.14. - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.21.1. o prazo de validade;

7.21.2. a data da emissão;

7.21.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.21.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.21.5. o valor a pagar; e

7.21.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.37. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Dispensa de Licitação, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2. - O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário

8.3. - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.21. - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

8.31. - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.151,64

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	R\$ 1.151,64

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadas.cesv.org.br/validacao/validacao.asp?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=1024011>

Modelo de Serviços em Licitação - Análise Digital 2023

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: CRCSC/Sede;
- II) Fonte de Recursos: 6.3.1.3.02.01.005;
- III) Programa de Trabalho: 3017;
- IV) Plano Interno: SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Equipe de apoio

ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP - QR Code.pdf (1.09 MB)

Anexo I - ETP - QR Code.pdf

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 9079626110000691.000001/202483

2. Descrição da necessidade

2.1. - O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina tem como pilares o registro, a fiscalização e o estímulo à educação profissional continuada, prerrogativas essas que, para que se cumpram de forma efetiva, necessitam de ampla divulgação, a fim de informar ao profissional da contabilidade e a sociedade como um todo, sobre toda e qualquer tipo de ação referente ao registro, fiscalização e eventos/cursos realizados pela entidade.

2.2. - Essas informações são disseminadas nos canais de comunicação do CRCSC, a maioria destes digitais, acompanhando a evolução da sociedade, que se faz cada vez mais tecnológica. Os canais digitais trazem ainda maior velocidade da notícia e clareza da informação, por isso seu uso se faz necessário e é tão relevante.

2.3. - Contudo, para acompanhar este avanço e tornar o acesso à informação ainda mais rápido e prático, busca-se ferramentas que facilitem esse livre e instantâneo acesso. Desta forma, se faz necessária a contratação de um plano de serviços de Códigos QR, com objetivo de maior interação com os usuários de gadgets (dispositivos eletrônicos) e outros aparelhos, nas divulgações institucionais e eventos do CRCSC.

2.4. - O mecanismo visa trazer informações mais consistentes sobre determinada campanha ou evento, levando o usuário à uma página ou site do CRCSC com conteúdos adicionais. Tem ainda a importante função de proteção ao meio ambiente, uma vez que evita a impressão de papeis, já que permite ao usuário acessar qualquer informação, por meio de dispositivo eletrônico.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Comunicação	Ana Cláudia Antunes Vallejos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR com as seguintes especificações:

4.1.1. - 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos para criar e editar que permita a personalização com cores e logotipos, QR Codes Estatísticos ilimitados e download com qualidade de impressão JPG, PNG, SVG e EPS.

4.1.2. - Capacidade ilimitada de coletar estatísticas de Scans.

4.1.3. - Criação de múltiplos QR Codes estatísticos – texto e assim como QR codes dinâmicos websites através de um CSV, com limites de Qr Code criados por lote.

4.1.4. - Limite de 3.000 (três mil) solicitações de API por mês. Permissão de 2 (dois) usuários por conta.

5. Levantamento de Mercado

5.1. - Em consonância com os incisos I e II do art. 5º da IN 65/2021, foi consultado o painel preços que não retornou resultados consistentes para o objeto em tela.

5.2. - Dessa forma, conforme o item III do art. 5º da IN 65/2021, procedeu-se a pesquisa em sítios eletrônicos especializados, que retornou os seguintes resultados:

PREÇOS COLETADOS		
	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00
MEDIA	R\$ 95,97	R\$ 1.151,64

5.3. - Dessa forma, foi estabelecido o valor de **R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos)** anuais como valor estimado para a contratação, obtida através da média aritmética simples dos valores encontrados no mercado, em consonância com o art. 6º da IN 65/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. - Quantidade e Personalização de QR Codes Dinâmicos:

6.1.1. - Disponibilização de 50 QR Codes dinâmicos, com a capacidade de criação e edição. Ferramenta de personalização avançada, permitindo a seleção de cores e inclusão de logotipos nos QR Codes.

6.2. - QR Codes Estatísticos:

6.2.1. - Oferta de QR Codes estatísticos ilimitados, em conformidade com a demanda por uma análise abrangente da utilização dos códigos. Possibilidade de download das estatísticas em formatos de qualidade de impressão, incluindo JPG, PNG, SVG e EPS.

6.3. - Coleta Ilimitada de Estatísticas de Scans:

6.3.1. - Implementação de capacidade ilimitada para coletar estatísticas de scans, fornecendo uma visão detalhada do engajamento do público.

6.4. - Criação Múltiplos QR Codes Estatísticos e Dinâmicos:

6.4.1. - Facilidade para criar múltiplos QR Codes estatísticos, tanto baseados em texto quanto QR Codes dinâmicos para websites. Importação eficiente através de arquivos CSV para criação de lotes, com limites específicos para gerenciamento organizado.

6.5. - Limite de Solicitações de API:

6.5.1. - Estabelecimento de um limite de 3.000 solicitações de API por mês, garantindo uma utilização controlada e eficiente dos recursos.

6.6. - Permissão de Usuários:

6.6.1. - Concessão de permissão para até 2 usuários por conta, permitindo colaboração e garantindo a segurança no acesso à plataforma.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. - Quantidade: 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos com acesso através de conta com permissão para 02 (dois) usuários. A estimativa foi definida através de experiências pregressas por parte do setor com o objeto a ser contratado, sendo que a quantidade estimada atende as necessidades do órgão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.151,64

8.1. - A estimativa foi determinada pela média apresentada em pesquisa de preços, conforme determinação da IN 65/2021, de acordo com levantamento apresentado de maneira pormenorizada no Relatório Crítico de Preços, Anexo I do presente ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. - Devido a natureza do objeto a ser contratado, não se faz necessário o parcelamento da solução, devendo a mesma ser entregue em parcela única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. - Processo administrativo nº 2023/000024, Dispensa de Licitação 07/2023 aberto com o mesmo objeto, tendo vencimento previsto para o mês de março/2024, sendo indispensável a sua renovação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. - A contratação está prevista no PCA 2024 do CRCSC, em seu item 21.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. - A aquisição irá proporcionar diversos benefícios, dentre os quais destaca-se:

12.1.1. - Personalização Avançada: Capacidade de criar e editar 50 QR Codes dinâmicos com personalização de cores e logotipos oferece flexibilidade para adaptar os códigos de acordo com as necessidades de branding e design.

12.1.2. - Análise Estatística Abrangente: A disponibilidade de QR Codes estatísticos ilimitados e a capacidade ilimitada de coletar estatísticas de scans fornecem insights valiosos sobre o desempenho e a eficácia das campanhas de QR Code.

12.1.3. - Qualidade de Impressão: O download em formatos de alta qualidade (JPG, PNG, SVG e EPS) garante que os códigos QR possam ser utilizados em materiais de marketing, impressos ou digitais, mantendo uma qualidade visual elevada.

12.1.4. - Criação Eficiente de QR Codes: A capacidade de criar múltiplos QR Codes estatísticos e dinâmicos através de um arquivo CSV agiliza o processo para grandes quantidades, oferecendo eficiência na gestão de campanhas extensas.

12.1.5. - Limite de Solicitações de API: O estabelecimento de um limite de 3.000 solicitações de API por mês assegura uma utilização equilibrada dos recursos, evitando sobrecarga e proporcionando um controle adequado.

12.1.6. - Colaboração e Segurança: A permissão para até 2 usuários por conta facilita a colaboração entre membros da equipe, permitindo o gerenciamento conjunto das campanhas de QR Code, ao mesmo tempo em que mantém a segurança e controle de acesso.

12.2. - Esses benefícios combinados proporcionam uma solução abrangente para que o CRCSC possa integrar efetivamente os códigos QR em suas estratégias de marketing, rastreamento e interação com o público-alvo. A personalização, análise de dados e eficiência na criação dos códigos contribuem para uma abordagem mais eficaz e orientada por dados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. - Não se vislumbra nenhuma providência a ser adotada em relação a contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. - Devido a natureza do objeto, não se vislumbra nenhum possível impacto ambiental para a demanda.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

O presente estudo cumpre com todos os requisitos formais.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Equipe de apoio

ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - RELATÓRIO CRÍTICO DE PREÇOS.pdf (1.02 MB)

Anexo I - RELATÓRIO CRÍTICO DE PREÇOS.pdf

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/PLANO ANUAL DESTINADOS A CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR.

I - IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO;

Cotação realizada pela funcionária Ana Cláudia Antunes Vallejos, matrícula 13, Assessor de Comunicação.

II - CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS;

Inicialmente, foi consultado o painel preços, conforme incisos I e II do art. 5º da IN 65/2021, que acabou por não retornar resultados consistentes para o objeto em tela.

Dessa forma, conforme o item III do art. 5º da IN 65/2021, procedeu-se a pesquisa em sítios eletrônicos especializados, que retornou os seguintes resultados:

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS;

PREÇOS COLETADOS		
FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00

IV - MÉTODO MATEMÁTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO;

De acordo com o Art. 6º da IN 65/2021, pode se utilizar a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços para se estabelecer o preço estimado para a demanda:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Para a obtenção dos valores finais, utilizou-se a média aritmética simples dos 3 valores obtidos na pesquisa.

V - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL.

A utilização da média aritmética simples dos 3 valores obtidos na pesquisa se justifica por tal método trazer uma medida de tendência central para demonstrar a variação padrão dos resultados. Dessa, obteve-se os seguintes valores:

PREÇOS COLETADOS		
FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00
MEDIA	R\$ 95,97	R\$ 1.151,64

Em conclusão, conforme levantamento de mercado, tem-se o valor médio de **R\$ 1.151,64 (tres mil quatrocentos e trinta e tres reais e cinquenta centavos)** para a demanda. Esse valor deve ser usado como parâmetro para o valor máximo aceitável para a contratação.

ANA CLÁUDIA ANTUNES VALLEJOS
Equipe de Apoio

ANEXO I – ORÇAMENTOS REALIZADOS

Sítios eletrônicos especializados pesquisados:

- 1) E-lemento: <https://www.e-lemento.com/pt-br/#prices>
- 2) QRFY: <https://qrfy.com/pt/pricing>
- 3) QR Code Generator: https://br.qr-code-generator.com/precos/?gclid=Cj0KCQiAh8OtBhCQARIsAlkWb69_WYw22eCqn0R2c23o_WEDhWiZTOZ4t14XXfL2PI5BtvbrVp%E2%80%A6

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

Planos e preços

Experimente gratuitamente por 7 dias antes de assinar o plano mais adequado às suas necessidades.

Melhor valor - Economize 50%

12 MESES

~~R\$ 214,99~~

R\$ 107,99 /Mês

Cobrado anualmente

Comprar

6 MESES

R\$ 160,99 /Mês

Faturado semestralmente

Comprar

3 MESES

R\$ 214,99 /Mês

Faturado trimestralmente

Comprar



Se você representa uma organização sem fins lucrativos, universidade, escola ou outra entidade similar, convidamos você a entrar em contato com nossa equipe de suporte para lhe oferecer uma solução que atenda às suas necessidades. [Entre em contato conosco](#)

Todos os planos incluem:



Crie QRs estáticos e dinâmicos ilimitados

Crie QRs ilimitados e atualize-os quando quiser em tempo real.



Variedade de tipos de QR

Escolha entre vários tipos de QR, como URL, PDF, Menu e muito mais.



Variedade de formatos de descarregamento

Baixe seu QR em PNG, SVG, PDF, entre outros.



Usuários ilimitados

Convide os usuários que deseja para colaborar na criação e gestão do seu QR.



Análise completa de QR

Obtenha estatísticas sobre o número de varreduras, locais e dispositivos do usuário.



Edição e gestão de QR

Personalize seus QRs com cores, fontes e logotipo de sua preferência, entre outras opções.



Digitalizações ilimitadas

Seus QRs podem ser escaneados ilimitadamente.



Criação e download em massa

Gere vários QRs com CSV ou API REST e obtenha-os em um único download.



Integre Google e pixel do Facebook

Acompanhe a interação com seus QRs.



Suporte Premium

Receba assistência técnica prioritária e personalizada para solucionar qualquer problema.

**Cancele quando quiser**

Cancele sua assinatura a qualquer momento, sem restrições.

**Domínio personalizado**

Use seu próprio domínio para personalizar a URL de seus QRs.

Perguntas sobre planos

Posso mudar meu plano? >

Vocês oferecem reembolsos para períodos de subscrição não utilizados? >

Eu tenho acesso total com algum plano? >

Posso tentar de graça? >

Que tipos de pagamentos você aceita? >

Como posso cancelar minha assinatura? >

Experimente nosso gerador de código QR por 7 dias gratuitamente.

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

<https://qrify.com/pt/pricing>

Termo (0214647)

SEI 9079626110000691.000001/2024-83 / pg. 69



- Stats
- My QR Codes**
- Templates
- Settings
- Billing
- Users
- Contact
- API Docs
- Help Center
- Log Out

My QR Codes

New folder

Create QR Code

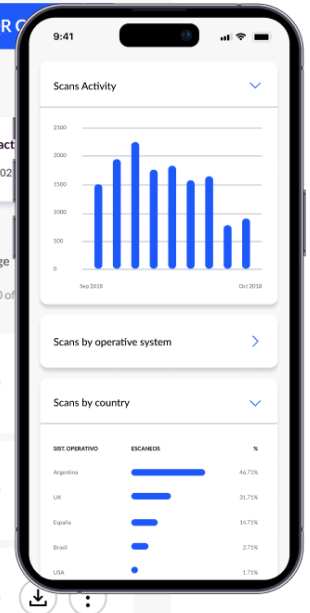
MY FOLDER

Dinner Menu 5 Nov 2023 23	Cocktails 20 Feb 2023 8	Best Deals 17 Mar 2023 1	Social Media 28 Nov 2023 5	Contact 1 Jul 2023
-------------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------

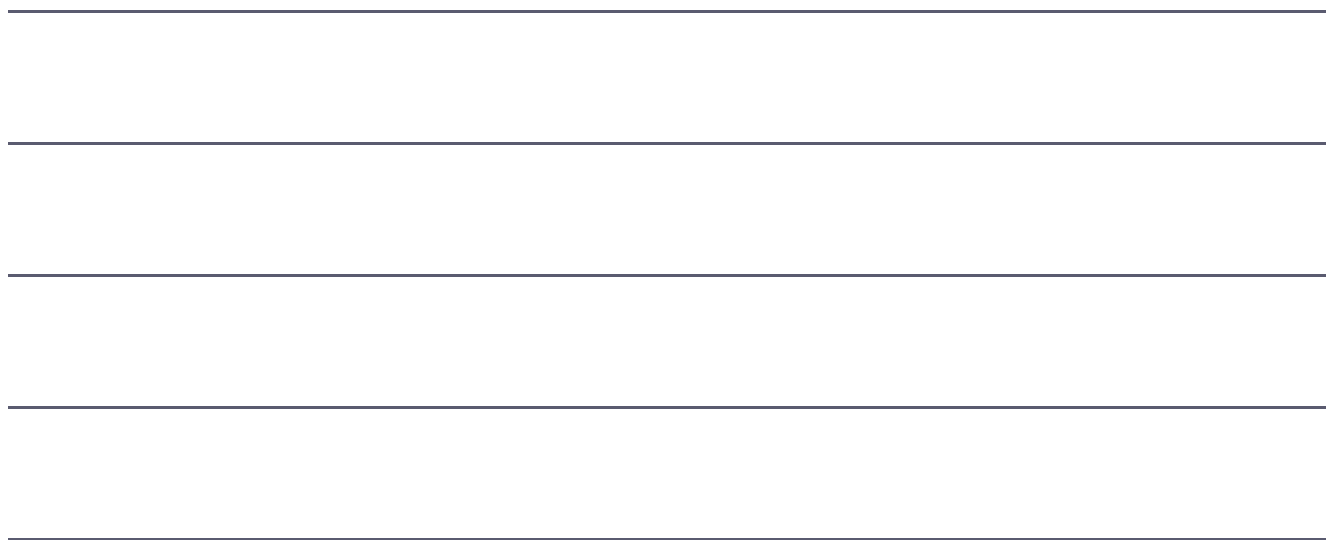
MY QR CODES

Search...
QR code status: Active
Qr code type: All
Sort by: Most recent
Quantity: 5
Page: 100 of

<input type="checkbox"/>		Menú Breakfast and Brunch qr.fy.mobi/p/breakfast	Dinner Menu qr.fy.mobi/p/breakfast	129 Scans	Detail
<input type="checkbox"/>		QR VCard Contact qr.fy.mobi/p/contact-us	Contact Address qr.fy.mobi/p/contact-us	53 Scans	Detail
<input type="checkbox"/>		QR URL Barley's Burger qr.fy.mobi/p/barleys	Social Media qr.fy.mobi/p/barleys	481 Scans	Detail



Crie seus próprios códigos QR e impulsione seu negócio ou ideia



'QR Code' é uma marca registrada da DENSO WAVE INCORPORATED

MENSAL

SEMESTRAL*

ANUAL*

Gratuito

Ad

1



ASSINAR

Ferro

Ad

3

R\$ **7,92** /MÊS

ASSINAR

Bronze

📈 📱

5

R\$ **15,92** /MÊS

ASSINAR

Prata

📈 📱 ⚙️

15

R\$ **31,92** /MÊS

ASSINAR

POPULAR

Ouro

📈 📱 ⚙️

25

R\$ **63,92** /MÊS

ASSINAR

Platina

📈 📱 ⚙️

50

R\$ **119,92** /MÊS

ASSINAR

Diamante

📈 📱 ⚙️

100

Enterprise

📈 📱 ⚙️

∞







R\$ **199,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

R\$ **399,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

Explicação dos Recursos

-  Qr Codes: Quantidade total disponível de forma não cumulativa.
-  Downloads: Tipo de arquivos liberados para download.
-  Analytics: Informações analíticas dos dados de Device e Localização.
-  Device: Informações básicas dos aparelhos que estão efetuando a leitura dos Qr Codes.
-  Localização: Rastreamento da localização (País, Estado e Cidade) de leitura do Qr Code.
-  Ad: Divulgação de material publicitário na visualização dos Qr Codes.

* Os pacotes Semestral e Anual são cobrados o valor total do período.

 Copyright © 2024 E-lemento | [Status](#)



Planos e Preços

Encontre o plano perfeito. Comece com 14 dias de graça.

Professional

R\$ **230,00** /mês
Pagamento anual

COMECE JÁ

250	<u>QR Codes Dinâmicos</u>
Ilimitado	<u>Scans</u>
500	<u>Criação em Massa</u>
10000	<u>Solicitações de API</u>
5	<u>Usuários</u>

Atendimento Premium

MAIS POPULAR

Advanced

R\$ **60,00** /mês
Pagamento anual

COMECE JÁ

50	<u>QR Codes Dinâmicos</u>
Ilimitado	<u>Scans</u>
100	<u>Criação em Massa</u>
3000	<u>Solicitações de API</u>
2	<u>Usuários</u>

Starter

R\$ **30,00** /mês
Pagamento anual

COMECE JÁ

2	QR Codes Dinâmicos
10.000	Scans
1	Usuário

**Imposto não incluído ao valor*

Enterprise

Solução personalizada ideal para organizações que desejam mais QR Codes, white labeling, API e outros recursos adicionais.

CONTATE-NOS

Perguntas frequentes

Posso testar o QR Code Generator Pro gratuitamente?



Claro que sim! Seus primeiros 14 dias são por nossa conta. Basta criar a sua conta gratuita para começar. Se você gostar, você pode continuar usando o QR Code Generator PRO fornecendo seus dados de pagamento.

Que formas de pagamento vocês aceitam?



Quando eu posso usar meu plano?



Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

https://br.qr-code-generator.com/precos/?gclid=Cj0KCQiAh80tBhCOARIsAikWb69_WYw22eCqn0R2c23o_WEDhWiZTOZ4t14XXfL2PI5BtvbrVp... 2/5

Quanto tempo dura a assinatura?



Como cancelo a minha assinatura?



Posso mudar para um plano diferente depois?



Você tem descontos para instituições sem fins lucrativos ou de ensino?



Um serviço prestado por

O QR Code Generator permite que você crie as melhores campanhas de marketing com QR Codes rastreáveis, desenhados por você.

Feito com  em Bielefeld

Conecte-se conosco



PRODUTOS

RECURSOS

AJUDA

QUEM SOMOS

DO NOSSO BLOG

The 6 Best Flowcode Alternatives for QR Code Generation

5 Best Alternatives to QR Code Tiger

The Best 7 Beaconstac Alternatives and Competitors

A Complete Breakdown of WeChat QR Codes

Como parte de nosso compromisso com a diversidade, igualdade e inclusão, também queremos tornar nossa linguagem o mais inclusiva possível. Este é um processo contínuo de aprendizagem e desenvolvimento para nós, ao qual alguns de nossos conteúdos mais antigos ainda podem precisar ser adaptados. Saiba mais sobre nossos principais valores corporativos [aqui](#).

© qr-code-generator.com 2024, 'QR Code' é uma marca registrada da DENSO WAVE INCORPORATED

[Termos de Serviço](#)

[Aviso Legal](#)

[Política de Privacidade](#)

[Política de cookies](#)



Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ ANA CLAUDIA NEVES ANTUNES (CPF XXX.906.429-XX) em 02/02/2024 16:53:51

✓ MAITIELI OLIVEIRA WEBER (CPF XXX.566.000-XX) em 02/02/2024 17:58:39

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação
acessando o link abaixo:

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

ANÁLISE Nº 3/2024/CRCSC-DEINFRA/CRCSC-DAI/CRCSC-PRES/CRCSC-CONSDIR/CRCSC-
PLEN/CRCSC

PROCESSO Nº 9079626110000691.000001/2024-83

ANÁLISE DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO 05/2024

OBJETO: Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR

DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE:

A presente análise busca avaliar as informações apresentadas pela área demandante referente a fase de planejamento da contratação, limitando-se a aplicação da legislação que rege as contratações públicas, não entrando no mérito das decisões gerenciais, técnicas e jurídicas.

I. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO		S	N		
1.1	O processo administrativo da aquisição dos bens ou serviços foi instruído no SEI?	x			
1.2	O processo possui as documentações necessárias para análise, conforme os modelos estabelecidos pelo CRCSC?	x			

II. DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD (doc. SEI 0207151)					
Item	Itens a serem verificados	S	N	N/A	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência
2.1	Identificação da área requisitante da solução.	X			Preâmbulo
2.2	Indicação do integrante requisitante.	X			Preâmbulo
2.3	Identificação da demanda.	X			Item 1
2.4	Justificativa sucinta da demanda.	X			Item 2
2.5	Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação de serviços.	X			Item 6
2.6	O objeto da contratação está contemplado no Plano Contratações Anual (PCA)	X			Item 3

2.7	Assinatura do demandante do serviço	X			Rodapé
-----	-------------------------------------	---	--	--	--------

Base legal: Art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10.947/22

Observações: Considero apto para prosseguimento.

III. DESIGNAÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

Item	Itens a serem verificados	S	N	N/A	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência
3.1	Consta a portaria com a designação da equipe de planejamento da contratação? Base legal: Caput do art. 7º da Lei 14133/2021	X			0209221
3.2	Consta a designação da equipe responsável pela fiscalização da contratação? Base legal: Caput do art. 7º da Lei 14133/2021	X			0209242
3.3	Os agentes tomaram conhecimento da nomeação (TERMO DE CIENTIFICAÇÃO)? Base legal: §1º do art. 8º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.	X			0209295, 0209296, 0209298 e 0209299

Observações: Considero apto para prosseguimento.

IV. ESTUDOS PRELIMINARES – EP (doc. SEI 0214644)

Item	Itens a serem verificados	S	N	N/A	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência
4.1	Consta a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público? Base legal: Inciso I do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 2
4.2	Consta a descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho. Base legal: Inciso II do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 4
4.3	Foi realizado levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções: Base legal: Inciso III do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 5

4.3.1	a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;	X			Item 5
4.3.2	b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;	X			Item 5
4.3.3	c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e	X			Item 5
4.3.4	d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.	X			Item 5
4.4	Consta a descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. Base legal: Inciso IV do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 6
4.5	Foi realizada a estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. Base legal: Inciso V do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 7
4.6	Foi realizada a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. Base legal: Inciso VI do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 8
4.7	Consta as justificativas para o parcelamento ou não da solução. Base legal: Inciso VII do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 9
4.8	Contratações correlatas e/ou interdependentes. Base legal: Inciso VIII do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 10
4.9	Existe o demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade. Base legal: Inciso IX do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 11
4.10	Há o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Base legal: Inciso X do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 12

4.11	No caso das providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como: Adaptações no ambiente do órgão ou da entidade; Necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações; Capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual. Base legal: Inciso XI do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	x			Item 13
4.12	Consta a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. Base legal: Inciso XII do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 14
4.13	Foi apresentado o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. Base legal: Inciso XIII do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022	x			Item 15
4.14	Foi avaliado a possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não haja prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, nos termos do § 2º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021. Base legal: Inciso I do art. 10 da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 5
4.15	Foi verificada a necessidade de ser exigido, em edital ou em aviso de contratação direta, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o § 4º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021. Base legal: Inciso II do art. 10 da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 5
4.16	Foram avaliadas as contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, como forma de melhorar a performance contratual, em especial nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, com base, inclusive, no relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021. Base legal: Inciso III do art. 10 da IN SEGES nº 58/2022	X			Item 5

4.17	Quando da elaboração do ETP para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos, conforme disposto no § 3º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Base legal: Art. 15 da IN SEGES nº 58/2022			X	
4.18	Numeração sequencial e lógica dos itens que compõem os estudos técnicos preliminares.	X			ETP
4.19	Assinatura do demandante do serviço ou da equipe de planejamento.	X			ETP

Observações: Considero apto para prosseguimento.

V. GESTÃO DE RISCOS – GR (doc. SEI 0214646)

Item	Itens a serem verificados	S	N	N/A	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência
5.1	Consta a análise dos riscos da fase do planejamento da contratação?	X			R-01, R-02, R-03 E R-04.
5.2	Consta a análise dos riscos da fase da seleção do fornecedor?	X			R-05 R R-06
5.3	Consta a análise dos riscos da fase de gestão do contrato?	X			R-07 E R-08
5.4	As descrições dos riscos estão aderentes ao objeto a ser contratado?	X			MGR
5.5	As ações preventivas e de contingências são aderentes ao risco identificado?	X			MGR
5.6	Consta o monitoramento do risco residual contendo cronograma e plano de ação a ser executado (contratações de TI)?			X	
5.7	Numeração sequencial e lógica dos itens que compõem os riscos.	X			MGR
5.8	Assinatura do demandante do serviço ou da equipe de planejamento.	X			MGR

Observações: Considero apto para prosseguimento.

VI. TERMO DE REFERÊNCIA (doc. SEI 0214647)

Item	Itens a serem verificados	S	N	N/A	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência
------	---------------------------	---	---	-----	--

6.1	Consta a definição do objeto, incluídos: a) sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; b) a especificação do bem ou do serviço, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização de que trata a Portaria nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança; c) a indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso; d) a especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso. Base legal: Inciso I do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	X			Itens 1, 5 e 7.
6.2	Foi indicada a fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes, quando elaborados, ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas. Base legal: Inciso II do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	X			2.1
6.3	Há a descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto, com preferência a arranjos inovadores em sede de economia circular. Base legal: Inciso III do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	X			2.1
6.4	Foram estabelecidos requisitos da contratação, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, evitando contratação de uma solução que não atenda a necessidade do Conselho. Base legal: Inciso IV do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	X			Item 4
6.5	Consta o modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento. Base legal: Inciso V do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	X			Item 5
6.6	Foi estabelecido o modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade. Base legal: Inciso VI do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	X			Item 6
6.7	Constam os critérios de medição e de pagamento/retenções. Base legal: Inciso VII do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	X			Item 7
6.9	Existe a forma e critérios de seleção do fornecedor, optando-se pelo critério de julgamento de técnica e preço, conforme o disposto no § 1º do art. 36 da Lei nº 14.133, de 2021, sempre que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração; Base legal: Inciso VIII do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	x			Item 8

6.10	Consta as estimativas do valor da contratação, nos termos da Instrução Normativa sobre o assunto, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado. Base legal: Inciso IX do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	X			Item 9
6.11	Consta a informação sobre a dotação orçamentária e o projeto o qual está vinculada a despesa. Base legal: Inciso X do Art. 9º da IN SEGES nº 81/2022	X			Item 10
6.12	Numeração sequencial em todos os itens.	X			TR
6.13	Assinatura do demandante do serviço e de autorização da diretoria.	X			TR

Observações: Considero apto para prosseguimento.

VII. MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS – MP (doc. SEI 0214644)					
Item	Itens a serem verificados	S	N	N/A	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência
7.1	Houve o estabelecimento, no EP, do método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais?	X			ANEXO I ETP
7.2	Consta o mapa comparativo de preço com memória de cálculo da estimativa de preços? Os valores estão conciliados com os respectivos levantamentos de preços?	X			ANEXO I ETP
7.3	Constam os documentos que evidenciam composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente. Base legal: Inciso I do art. 5º da IN SEGES nº 65/2022	X			ANEXO I ETP
7.4	Constam avaliações em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente. Base legal: Inciso II do art. 5º da IN SEGES nº 65/2022	X			ANEXO I ETP

7.5	Constam os dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso. Base legal: Inciso III do art. 5º da IN SEGES nº 65/2022	X			ANEXO I ETP
7.6	Consta pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital. Base legal: Inciso IV do art. 5º da IN SEGES nº 65/2022	X			ANEXO I ETP
7.7	Consta pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Base legal: Inciso V do art. 5º da IN SEGES nº 65/2022			X	
7.8	Os preços coletados foram analisados de forma crítica? Houve grande variação entre os valores apresentados?	x			ANEXO I ETP
7.9	Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, foram adotados critérios fundamentados e descritos no processo?	X			ANEXO I ETP
7.10	Existe justificativa para utilização de outras fontes de pesquisas de preços, quando for o caso?	X			ANEXO I ETP
7.11	Assinatura do demandante do serviço ou da equipe de planejamento.	X			ANEXO I ETP

Observações: Considero apto para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Santos Oliveira, Auxiliar Administrativo**, em 02/02/2024, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0214649** e o código CRC **EB86AFE6**.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA
Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, 1900, - Bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-710
Telefone: - www.crcsc.org.br E-mail: crcsc@crcsc.org.br

PARECER Nº 03/2024/CRCSC-GOV/CRCSC-DAI/CRCSC-PRES/CRCSC-CONSDIR/CRCSC-PLEN/CRCSC
PROCESSO Nº 9079626110000691.000001/2024-83
INTERESSADO: CLEBER DIAS

Assunto: Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR.

Considerando prevista a contratação no Plano de Trabalho e **Plano de Contratações Anual 2024 (PCA)**, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, item **112** pelo valor de **R\$ 1.201,00** conforme **figura 1**;

Considerando planejamento da contratação adequado as necessidades efetivas para o atingimento dos objetivos da Entidade;

Considerando realização de procedimento administrativo legal de contratação na administração pública e análise do Planejamento da Contratação nº 05/24/LIC emitida pelo Departamento de Infraestrutura do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de se acompanhar os avanços tecnológicos e tornar o acesso à informação ainda mais rápido e prático, com ferramentas que facilitem esse livre e instantâneo acesso;

Considerando a necessidade de maior interação com os usuários de gadgets (dispositivos eletrônicos) e outros aparelhos, nas divulgações institucionais e eventos do CRCSC;

Considerando uso de mecanismos de informações mais consistentes sobre determinada campanha ou evento, levando o usuário à uma página ou site do CRCSC com conteúdos adicionais;

Considerando ainda a importante função de proteção ao meio ambiente, uma vez que evita a impressão de papeis, já que permite ao usuário acessar qualquer informação, por meio de dispositivo eletrônico;

Considerando que a respectiva contratação, no valor proposto **R\$ 1.151,64**, será classificada na Conta contábil **6.3.1.3.02.01.005 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, atividade **3017** do Plano de Trabalho do Exercício de 2024, e que conforme **figura 2** há disponibilidade de recursos suficientes para realização da despesa;

Com propósito de agregar valor ao processo interno de contratações, apoiando assim a gestão do CRCSC, registramos **ACOLHIMENTO** da respectiva solicitação no que se refere a justificativa, motivação e disponibilidade orçamentária.

Ato contínuo, segue para análise e deliberação da Diretoria Administrativa e de Infraestrutura.

Figura 1.

SEQ.	FORNECEDOR ATUAL	JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO / RENOVAÇÃO
111	INFRA DO BRASIL	NECESSIDADE DE CONTATO EM MASSA PARA COMUNICAÇÃO COM A CLASSE CONTÁBIL.	FORNECIMENTO DO SISTEMA DE SOFTWARE EMAIL MARKETING	RENOVAÇÃO	R\$ 6.252,00
112	QR CODE GENERATOR	NECESSÁRIO PARA MELHORAR A QUALIDADE DO MATERIAL IMPRESSO.	QR CODE PARA IMPRESSOS	CONTRATAÇÃO	R\$ 1.201,00
113	-	NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS.	MATERIAIS DE ÁUDIO E VÍDEO	CONTRATAÇÃO	R\$ 3.000,00
185	-	NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DA COMUNICAÇÃO DO CRCSC.	CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE.	CONTRATAÇÃO	R\$ 300.000,00
187	-	NECESSIDADE DE OTIMIZAR OS ENDEREÇOS URL PARA DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.	ENCURTADOR DE URL	CONTRATAÇÃO	R\$ 1.000,00
188	-	MELHORAR O IMPACTO DAS CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO CRCSC.	IMPULSIONAMENTO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS EM REDES SOCIAIS	CONTRATAÇÃO	R\$ 5.000,00
189	-	NECESSIDADE DE REFORÇAR A COMUNICAÇÃO COM A CLASSE CONTÁBIL CATARINENSE.	NECESSIDADE DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS.	CONTRATAÇÃO	R\$ 13.970,00

Figura 2.



3017 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL - ATIVO

Informações Orçamentárias



Conta	Descrição	Orçamento Inicial	Ajustes	Orçamento Atual	Reservado	Empenhado	Saldo Orçamento	Liquidado	%	A Liq
6.3.1.3.01.01.006	MATERIAL PARA AUDIO, VÍDEO E FOTO	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	\$ 0,00	R\$ 3.000,00
6.3.1.3.01.01.007	MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.786,00	\$ 4,46	R\$ 38.214,00
▶ 6.3.1.3.02.01.005	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$ 19.445,00	R\$ 0,00	R\$ 19.445,00	R\$ 17.244,00	R\$ 17.244,00	R\$ 2.201,00	R\$ 1.398,33	\$ 7,19	R\$ 18.046,67
6.3.1.3.02.01.017	SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS E VÍDEOS	R\$ 31.970,00	R\$ 0,00	R\$ 31.970,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31.970,00	R\$ 0,00	\$ 0,00	R\$ 31.970,00
6.3.1.3.02.01.018	SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$ 171.230,00	R\$ 0,00	R\$ 171.230,00	R\$ 144.294,00	R\$ 144.294,00	R\$ 26.936,00	R\$ 4.399,00	\$ 2,57	R\$ 166.831,00



Documento assinado eletronicamente por **Martinho Nunes Santana Neto**, **Coordenador**, em 05/02/2024, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0, informando o código verificador **0214883** e o código CRC **ACC98C17**.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA
Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, 1900, - Bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-710
Telefone: - www.crcsc.org.br E-mail: crcsc@crcsc.org.br

PARECER Nº 002/2024/2024/CRCSC-DAI/CRCSC-PRES/CRCSC-CONSDIR/CRCSC-PLEN/CRCSC
PROCESSO Nº 9079626110000691.000001/2024-83
INTERESSADO: JHONATAN ALBERTO COSTA
Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR

Parecer 002/24/DIR

Em 05 de fevereiro de 2024.

De: Diretor Administrativo e de Infraestrutura do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

Para: Comissão Permanente de Licitação do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

Ref. PA 9079626110000691.000001/2024-83 – Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR.

Considerando processo administrativo (PA) 9079626110000691.000001/2024-83 de 24 de janeiro 2024, cuja demanda foi encaminhada pelo departamento de comunicação.

Considerando as justificativas da necessidade de contratação dos materiais/serviços expostos no processo administrativo (PA) 9079626110000691.000001/2024-83.

Considerando parecer 003/2024 de 05 de fevereiro de 2024 exarado pela coordenadoria do departamento de governança e conformidade do CRCSC, acolhendo a solicitação no que diz respeito à motivação, justificativa e disponibilidade orçamentária.

Delibera:

Autorizar a abertura do processo.

Dê providências. Cientifiquem-se os envolvidos

Cleber Dias

Diretoria Administrativa e de Infraestrutura do CRCSC



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Dias, Diretor**, em 05/02/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0215192** e o código CRC **E00D5392**.

Referência: Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83

SEI nº 0215192

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ELETRÔNICO

Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83

Interessado: Departamento de Comunicação, Departamento de Infraestrutura

Conforme deliberação do Diretor Administrativo e de Infraestrutura desta casa (SEI 0215192), que versa sobre a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/PLANO ANUAL DESTINADOS A CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR, sugere-se a elaboração de Processo Licitatório, na modalidade “DISPENSA ELETRÔNICA”, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Desta forma, certifico que nesta data autuei o presente DISPENSA ELETRÔNICA, de nº 01/2024, nos termos acima citados.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Santos Oliveira, Auxiliar Administrativo**, em 06/02/2024, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0215438** e o código CRC **B60E93B3**.

PORTARIA CRCSC N.º 022, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar os colaboradores Pâmela Duart Araújo, matrícula 307 e Eduardo Santos Oliveira, matrícula 282, para atuarem na condição de Agentes de Contratação.

Art. 2º Designar os colaboradores Martinho Nunes Santana Neto, matrícula 120 e Hermelindo Júnior Soares, matrícula 195, como suplentes.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor a partir desta data, com efeitos desde 01 de janeiro de 2024 e vigência até 31 de dezembro de 2024, podendo ser alterada ou revogada a qualquer tempo, pela Presidente do CRCSC, conforme conveniência administrativa.

CONTADORA MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS
Presidente

Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS (CPF XXX.133.239-XX) em 20/01/2024 17:20:08

PORTARIA PRES CRCSC N.º 058, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2024.

Estabelece os limites e instâncias de governança para aprovação de atos que geram despesas com a contratação e/ou pagamento de bens e serviços e a realização de despesas com diárias e passagens no CRCSC.

A PRESIDENTE CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Estabelecer os limites e instâncias de governança para aprovação de atos que geram despesas com a contratação e/ou pagamento de bens e serviços e a realização de despesas com diárias e passagens no Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

Art. 2º Fica delegada a competência para autorizar os seguintes atos:

ATO	VALOR	RESPONSÁVEL	RESPONSÁVEL SUBSTITUTO
Analisar e aprovar documentos de planejamento da contratação	Qualquer Valor	Agente de Contratação	Presidente da Comissão de Contratação
Análise de Conveniência e Oportunidade	Qualquer Valor	Coordenador Departamento de Governança e Conformidade	Coordenador Departamento Contábil- Financeiro
Autorizar o termo de abertura de processo de contratação.	Qualquer Valor	Diretor de Administração e Infraestrutura	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional
Assinar Editais de contratações	Qualquer Valor	Agente de Contratação	Presidente da Comissão de Contratação
Autorizar inexigibilidade de licitação	Até o limite do Inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2023.	Diretor de Administração e Infraestrutura	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional
	A partir do limite do Inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2023.	Presidente do CRCSC	Vice-presidente de Administração e Finanças
Assinar contratos de aprendizagem e termos de estágio	Qualquer valor	Diretor de Administração e Infraestrutura	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional

Assinar contratos administrativos ou a prorrogação e rescisão de contratos em vigor e Atas de Registro de Preços	Até o limite dos Incisos I, II e III do art. 75 da Lei 14.133/2023.	Diretor de Administração e Infraestrutura	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional
	A partir do limite dos Incisos I, II e III do art. 75 da Lei 14.133/2023.	Presidente do CRCSC	Vice-presidente de Administração e Finanças. Em sua ausência, Diretor designado pelo
Autorizar a concessão de diárias e passagens em viagens	Qualquer valor	Presidente do CRCSC	Vice-presidente de Administração e Finanças
Autorizar o pagamento por meio do formulário Ordem de Pagamento	Qualquer valor	Diretor de Administração e Infraestrutura	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional
Autorizar a remessa de recurso para o exterior	Qualquer valor	Presidente do CRCSC	Vice-presidente de Administração e Finanças
Autorizar a ordem de débito no sistema bancário	Qualquer valor	Presidente do CRCSC	Vice-presidente de Administração e Finanças
		Diretor de Administração e Infraestrutura	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional
Autorizar as Notas de Reservas	Qualquer valor	Coordenador Departamento Contábil- Financeiro	Substituto Coordenador Departamento Contábil-financeiro
Assinar Notas de Empenho	Qualquer valor	Presidente do CRCSC, Diretor de Administração e Infraestrutura e Coordenador do Departamento Contábil-Financeiro	Vice-presidente de Administração e Finanças, Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional e Contador do Departamento Contábil-Financeiro.
Autorizar remanejamento orçamentário entre projetos	Qualquer valor	Diretor de Administração e Infraestrutura	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	Qualquer valor	Presidente do CRCSC, Diretor de Administração e Infraestrutura e Coordenador do Departamento Contábil-Financeiro	Vice-presidente de Administração e Finanças, Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional e Contador do Departamento Contábil-Financeiro
Aprovar a folha de pagamentos dos funcionários	Qualquer valor	Diretor de Administração e Infraestrutura e Coordenador Contábil-financeiro	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional e Contador do Departamento Contábil-financeiro
Margem Consignável dos Funcionários	Qualquer valor	Coordenador Departamento Contábil- Financeiro	Substituto Coordenador Departamento Contábil-financeiro
Aprovação suprimento de fundos	Valor limite por suprido estabelecido em Portaria	Diretor de Administração e Infraestrutura	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional
Notificação extrajudicial	-	Presidente do CRCSC	Vice-presidente de Administração e Finanças
Atestado de Capacidade Técnica	Qualquer valor	Diretor de Administração e Infraestrutura	Diretor Institucional e de Relacionamento com o Profissional
Assinar os ofícios aos interessados em processos administrativos de Fiscalização que solicitarem sustentação, a fim de cientificá-los da data e horário das sessões de julgamento e demais providências	-	Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina e, na ausência	Coordenador(a) de Fiscalização
Analisar as demonstrações contábeis das empresas licitantes	Qualquer valor	Coordenador(a) de Fiscalização	Contador(a) da Fiscalização ou dos demais departamentos, exceto os lotados na Coordenadoria de Governança e Conformidade

Art. 3º Em todos os documentos que dão suporte a despesa deve constar, obrigatoriamente, junto da assinatura, a data e a identificação da pessoa (nome e cargo) que está autorizando.

Art. 4º O Presidente, Vice-presidente ou funcionário não pode aprovar as despesas emitidas em seu nome.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e terá sua validade até o dia 31 de dezembro de 2025.

CONTADORA MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS

Presidente

Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS (CPF XXX.133.239-XX) em 02/02/2024 18:12:12

Aviso de Contratação 3/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	926099-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - SC	EDUARDO SANTOS OLIVEIRA	07/02/2024 14:33 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados /Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		9079626110000691.000001 /202483

1. Objeto da Contratação Direta

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024

(Processo Administrativo SEI n.º 9079626110000691.000001/2024-83)

Torna-se público que o(a) **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA**, por meio do Setor de Infraestrutura, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão:

Horário da Fase de Lances: XX:XX às XX:XX

Link:

Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **plano anual destinado a concessão de códigos QR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Participação na dispensa eletrônica

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. - A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.2. - O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.3. - O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.4. - O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5. - A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6. - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. - Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.8.1. - que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.8.2. - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.3. - que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.8.3.1. - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3.2. - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.3.3. - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.3.4. - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.3.5. - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.8.3.6. - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.8.4. - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.8.5. - O disposto no item 2.8.3.3. aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.8.6. - organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.8.7. - sociedades cooperativas.

2.9. - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. Ingresso na Dispensa Eletrônica

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. - O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. - O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5. - A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.6. - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8. - Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.9. - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.11. - No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.11.1. - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.11.2. - que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.11.3. - que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.11.4. - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.11.5 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. Fase de lances

4. FASE DE LANCES

4.1. - A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. - Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. - O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.

4.4. - O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10,00 (dez reais).

4.7. - Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. - Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9. - Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. - O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. Julgamento e aceitação das propostas

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. - Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.2. - Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.3. - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.4. - Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.5. - Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.6. - Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.7. - SICAF;

5.8. - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.9. - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.10. - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.11. - Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.12. - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.13. - O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.14. - Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.15. - Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.16. - Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.16.1. - contiver vícios insanáveis;

5.16.1. - não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.16.1. - apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.16.1. - não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.16.1. - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.17. - Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.17.1. - for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.17.2. - apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.18. - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.19. - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.20. - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.21. - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.22. - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.23. - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.24. - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.25. - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. Habilitação

6. HABILITAÇÃO

Este documento foi assinado eletronicamente por CLEBER

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Aviso de Dispensa de Licitação - Edital nº 023/2024 - AssEletronica.aspx?codigo=c0e9df1a-9e57-489b-9646-61c6bbf27037&sequencia=728313

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

7.2. - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.3. - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.4. - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5. - O Termo de Contrato assinado, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.5.1. - a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.5.2. - a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.6. - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.7. - Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. Infrações e sanções administrativas

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. - Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. - dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. - republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.3. - No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.4. - fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2 - As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11 - Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12 - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13 - ANEXO I – Termo de Referência

Este documento foi assinado eletronicamente por CLEBER

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadas.cadastros.com.br/verificacao/assinatura/validar?codigo=c0e9df1a-9e57-489b-9646-61c6bbf27037&sequencial=128013>

Modelo de Aviso de Dispensa de Licitação - Edital nº 023/2024
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Aviso 1/2024 (0218276)

SEI 9079626110000691.000001/2024-83 / pg. 113

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR - QR Code.pdf (1.6 MB)
- Anexo II - MINUTA CONTRATUAL.pdf (238.21 KB)
- Anexo III - MODELO DE PROPOSTA.pdf (157.86 KB)

Anexo I - TR - QR Code.pdf

Termo de Referência 5/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2024	926099-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - SC	EDUARDO SANTOS OLIVEIRA	02/02/2024 15:49 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação /Serviços de TIC		9079626110000691.000001 /202483

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ANUA ESTIMADO
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	R\$ 1.151,64
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O ITEM: R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos) anual.					

1.2. - O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Este documento foi assinado eletronicamente por **CLEBERA, MAITIELI**

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://dados.cadastros.com.br/AssinaturaDigital/Validacao/2024/02/02/9079626110000691.000001/202483>

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

2.1. - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas do DFD do presente processo.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR com as seguintes especificações:

4.1.1. - 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos para criar e editar que permita a personalização com cores e logotipos, QR Codes Estatísticos ilimitados e download com qualidade de impressão JPG, PNG, SVG e EPS.

4.1.2. - Capacidade ilimitada de coletar estatísticas de Scans.

4.1.3. - Criação de múltiplos QR Codes estatísticos – texto e assim como QR codes dinâmicos websites através de um CSV, com limites de Qr Code criados por lote.

4.1.4. - Limite de 3.000 (três mil) solicitações de API por mês. Permissão de 2 (dois) usuários por conta.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. - Criação e entrega dos acessos a conta que estará apta a manipular os QR Codes solicitados, nas características definidas neste TR por parte da CONTRATADA: 02 (dois) dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. - O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. - A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento próprio para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. - não produzir os resultados acordados,

7.2.2. - deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4. - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.7. - O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10. - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.12. - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.14. - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.21.1. o prazo de validade;

7.21.2. a data da emissão;

7.21.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.21.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.21.5. o valor a pagar; e

7.21.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.37. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Dispensa de Licitação, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2. - O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário

8.3. - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.13. - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.19. - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

8.31. - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.151,64

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ANUA ESTIMADO
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	R\$ 1.151,64

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Este documento foi assinado eletronicamente por **CLEBÉRIA, MAITIELI**

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://portal.cca.gov.br/portal/assessoria-digital/digitalizacao/verificacao-assessoria-digital>

Camara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União código #16369-67-2490-9697-6976542772378 sequencial=0218276

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: CRCSC/Sede;
- II) Fonte de Recursos: 6.3.1.3.02.01.005;
- III) Programa de Trabalho: 3017;
- IV) Plano Interno: SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Equipe de apoio

ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP - QR Code.pdf (1.09 MB)

Anexo I - ETP - QR Code.pdf

Este documento foi assinado eletronicamente por **CLEBER, MAITIELI**

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.cncs.org.br/spw/AssinaturaDigital/validaAssinaturaEletronica.aspx?codigo=46369d0f-3e25-7043-9b97-4897b06b2b172878&sequencia=28-1830>

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 9079626110000691.000001/202483

2. Descrição da necessidade

2.1. - O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina tem como pilares o registro, a fiscalização e o estímulo à educação profissional continuada, prerrogativas essas que, para que se cumpram de forma efetiva, necessitam de ampla divulgação, a fim de informar ao profissional da contabilidade e a sociedade como um todo, sobre toda e qualquer tipo de ação referente ao registro, fiscalização e eventos/cursos realizados pela entidade.

2.2. - Essas informações são disseminadas nos canais de comunicação do CRCSC, a maioria destes digitais, acompanhando a evolução da sociedade, que se faz cada vez mais tecnológica. Os canais digitais trazem ainda maior velocidade da notícia e clareza da informação, por isso seu uso se faz necessário e é tão relevante.

2.3. - Contudo, para acompanhar este avanço e tornar o acesso à informação ainda mais rápido e prático, busca-se ferramentas que facilitem esse livre e instantâneo acesso. Desta forma, se faz necessária a contratação de um plano de serviços de Códigos QR, com objetivo de maior interação com os usuários de gadgets (dispositivos eletrônicos) e outros aparelhos, nas divulgações institucionais e eventos do CRCSC.

2.4. - O mecanismo visa trazer informações mais consistentes sobre determinada campanha ou evento, levando o usuário à uma página ou site do CRCSC com conteúdos adicionais. Tem ainda a importante função de proteção ao meio ambiente, uma vez que evita a impressão de papeis, já que permite ao usuário acessar qualquer informação, por meio de dispositivo eletrônico.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Comunicação	Ana Cláudia Antunes Vallejos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR com as seguintes especificações:

4.1.1. - 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos para criar e editar que permita a personalização com cores e logotipos, QR Codes Estatísticos ilimitados e download com qualidade de impressão JPG, PNG, SVG e EPS.

4.1.2. - Capacidade ilimitada de coletar estatísticas de Scans.

4.1.3. - Criação de múltiplos QR Codes estatísticos – texto e assim como QR codes dinâmicos websites através de um CSV, com limites de Qr Code criados por lote.

4.1.4. - Limite de 3.000 (três mil) solicitações de API por mês. Permissão de 2 (dois) usuários por conta.

5. Levantamento de Mercado

5.1. - Em consonância com os incisos I e II do art. 5º da IN 65/2021, foi consultado o painel preços que não retornou resultados consistentes para o objeto em tela.

5.2. - Dessa forma, conforme o item III do art. 5º da IN 65/2021, procedeu-se a pesquisa em sítios eletrônicos especializados, que retornou os seguintes resultados:

PREÇOS COLETADOS		
	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00
MEDIA	R\$ 95,97	R\$ 1.151,64

5.3. - Dessa forma, foi estabelecido o valor de **R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos)** anuais como valor estimado para a contratação, obtida através da média aritmética simples dos valores encontrados no mercado, em consonância com o art. 6º da IN 65/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. - Quantidade e Personalização de QR Codes Dinâmicos:

6.1.1. - Disponibilização de 50 QR Codes dinâmicos, com a capacidade de criação e edição. Ferramenta de personalização avançada, permitindo a seleção de cores e inclusão de logotipos nos QR Codes.

6.2. - QR Codes Estatísticos:

6.2.1. - Oferta de QR Codes estatísticos ilimitados, em conformidade com a demanda por uma análise abrangente da utilização dos códigos. Possibilidade de download das estatísticas em formatos de qualidade de impressão, incluindo JPG, PNG, SVG e EPS.

6.3. - Coleta Ilimitada de Estatísticas de Scans:

6.3.1. - Implementação de capacidade ilimitada para coletar estatísticas de scans, fornecendo uma visão detalhada do engajamento do público.

6.4. - Criação Múltiplos QR Codes Estatísticos e Dinâmicos:

6.4.1. - Facilidade para criar múltiplos QR Codes estatísticos, tanto baseados em texto quanto QR Codes dinâmicos para websites. Importação eficiente através de arquivos CSV para criação de lotes, com limites específicos para gerenciamento organizado.

6.5. - Limite de Solicitações de API:

6.5.1. - Estabelecimento de um limite de 3.000 solicitações de API por mês, garantindo uma utilização controlada e eficiente dos recursos.

6.6. - Permissão de Usuários:

6.6.1. - Concessão de permissão para até 2 usuários por conta, permitindo colaboração e garantindo a segurança no acesso à plataforma.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. - Quantidade: 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos com acesso através de conta com permissão para 02 (dois) usuários. A estimativa foi definida através de experiências pregressas por parte do setor com o objeto a ser contratado, sendo que a quantidade estimada atende as necessidades do órgão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.151,64

8.1. - A estimativa foi determinada pela média apresentada em pesquisa de preços, conforme determinação da IN 65/2021, de acordo com levantamento apresentado de maneira pormenorizada no Relatório Crítico de Preços, Anexo I do presente ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. - Devido a natureza do objeto a ser contratado, não se faz necessário o parcelamento da solução, devendo a mesma ser entregue em parcela única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. - Processo administrativo nº 2023/000024, Dispensa de Licitação 07/2023 aberto com o mesmo objeto, tendo vencimento previsto para o mês de março/2024, sendo indispensável a sua renovação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. - A contratação está prevista no PCA 2024 do CRCSC, em seu item 21.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. - A aquisição irá proporcionar diversos benefícios, dentre os quais destaca-se:

12.1.1. - Personalização Avançada: Capacidade de criar e editar 50 QR Codes dinâmicos com personalização de cores e logotipos oferece flexibilidade para adaptar os códigos de acordo com as necessidades de branding e design.

12.1.2. - Análise Estatística Abrangente: A disponibilidade de QR Codes estatísticos ilimitados e a capacidade ilimitada de coletar estatísticas de scans fornecem insights valiosos sobre o desempenho e a eficácia das campanhas de QR Code.

12.1.3. - Qualidade de Impressão: O download em formatos de alta qualidade (JPG, PNG, SVG e EPS) garante que os códigos QR possam ser utilizados em materiais de marketing, impressos ou digitais, mantendo uma qualidade visual elevada.

12.1.4. - Criação Eficiente de QR Codes: A capacidade de criar múltiplos QR Codes estatísticos e dinâmicos através de um arquivo CSV agiliza o processo para grandes quantidades, oferecendo eficiência na gestão de campanhas extensas.

12.1.5. - Limite de Solicitações de API: O estabelecimento de um limite de 3.000 solicitações de API por mês assegura uma utilização equilibrada dos recursos, evitando sobrecarga e proporcionando um controle adequado.

12.1.6. - Colaboração e Segurança: A permissão para até 2 usuários por conta facilita a colaboração entre membros da equipe, permitindo o gerenciamento conjunto das campanhas de QR Code, ao mesmo tempo em que mantém a segurança e controle de acesso.

12.2. - Esses benefícios combinados proporcionam uma solução abrangente para que o CRCSC possa integrar efetivamente os códigos QR em suas estratégias de marketing, rastreamento e interação com o público-alvo. A personalização, análise de dados e eficiência na criação dos códigos contribuem para uma abordagem mais eficaz e orientada por dados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. - Não se vislumbra nenhuma providência a ser adotada em relação a contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. - Devido a natureza do objeto, não se vislumbra nenhum possível impacto ambiental para a demanda.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

O presente estudo cumpre com todos os requisitos formais.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Equipe de apoio

ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - RELATÓRIO CRÍTICO DE PREÇOS.pdf (1.02 MB)

Anexo I - RELATÓRIO CRÍTICO DE PREÇOS.pdf

Este documento foi assinado eletronicamente por **CLEBER, MAITIELI**

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.cncs.org.br/spw/AssinaturaDigital/validaAssinaturas.aspx?codigo=46369d0f-3e25-7043-8b97-4897b06b2b172878&sequencia=28-1830>

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/PLANO ANUAL DESTINADOS A CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR.

I - IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO;

Cotação realizada pela funcionária Ana Cláudia Antunes Vallejos, matrícula 13, Assessor de Comunicação.

II - CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS;

Inicialmente, foi consultado o painel preços, conforme incisos I e II do art. 5º da IN 65/2021, que acabou por não retornar resultados consistentes para o objeto em tela.

Dessa forma, conforme o item III do art. 5º da IN 65/2021, procedeu-se a pesquisa em sítios eletrônicos especializados, que retornou os seguintes resultados:

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS;

PREÇOS COLETADOS		
FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00

IV - MÉTODO MATEMÁTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO;

De acordo com o Art. 6º da IN 65/2021, pode se utilizar a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços para se estabelecer o preço estimado para a demanda:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Para a obtenção dos valores finais, utilizou-se a média aritmética simples dos 3 valores obtidos na pesquisa.

V - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL.

A utilização da média aritmética simples dos 3 valores obtidos na pesquisa se justifica por tal método trazer uma medida de tendência central para demonstrar a variação padrão dos resultados. Dessa, obteve-se os seguintes valores:

PREÇOS COLETADOS		
FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00
MEDIA	R\$ 95,97	R\$ 1.151,64



Em conclusão, conforme levantamento de mercado, tem-se o valor médio de **R\$ 1.151,64 (tres mil quatrocentos e trinta e tres reais e cinquenta centavos)** para a demanda. Esse valor deve ser usado como parâmetro para o valor máximo aceitável para a contratação.

ANA CLÁUDIA ANTUNES VALLEJOS
Equipe de Apoio

Este documento foi assinado eletronicamente por CLÉBER, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Plataforma Digital de Validação de Assinaturas em: Rua (48) 302-7007 - Email: qi@crcsc.org.br - www.crcsc.org.br
<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e06969ca-9e57-4893-9826-697d0422b072&sequencia=2830>

ANEXO I – ORÇAMENTOS REALIZADOS

Sítios eletrônicos especializados pesquisados:

- 1) E-lemento: <https://www.e-lemento.com/pt-br/#prices>
- 2) QRFY: <https://qrfy.com/pt/pricing>
- 3) QR Code Generator: https://br.qr-code-generator.com/precos/?gclid=Cj0KCQiAh8OtBhCQARIsAlkWb69_WYw22eCqn0R2c23o_WEDhWiZTOZ4t14XXfL2PI5BtvbrVp%E2%80%A6

Este documento foi assinado eletronicamente por CLEBER, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcs.com.br/spw/AssinaturaDigital/validacao/eletronica.aspx?codigo=46369d01-8e26-5704-8368974697b100b2f172838e9e1e28-2830>



Planos e preços

Experimente gratuitamente por 7 dias antes de assinar o plano mais adequado às suas necessidades.

Melhor valor - Economize 50%

12 MESES

~~R\$ 214,99~~

R\$ 107,99 /Mês

Cobrado anualmente

Comprar

6 MESES

R\$ 160,99 /Mês

Faturado semestralmente

Comprar

3 MESES

R\$ 214,99 /Mês

Faturado trimestralmente

Comprar



Se você representa uma organização sem fins lucrativos, universidade, escola ou outra entidade similar, convidamos você a entrar em contato com nossa equipe de suporte para lhe oferecer uma solução que atenda às suas necessidades. [Entre em contato conosco](#)

Todos os planos incluem:



Crie QRs estáticos e dinâmicos ilimitados

Crie QRs ilimitados e atualize-os quando quiser em tempo real.



Variedade de tipos de QR

Escolha entre vários tipos de QR, como URL, PDF, Menu e muito mais.



Variedade de formatos de descarregamento

Baixe seu QR em PNG, SVG, PDF, entre outros.



Usuários ilimitados

Convide os usuários que deseja para colaborar na criação e gestão do seu QR.



Análise completa de QR

Obtenha estatísticas sobre o número de varreduras, locais e dispositivos do usuário.



Edição e gestão de QR

Personalize seus QRs com cores, fontes e logotipo de sua preferência, entre outras opções.



Digitalizações ilimitadas

Seus QRs podem ser escaneados ilimitadamente.



Criação e download em massa

Gere vários QRs com CSV ou API REST e obtenha-os em um único download.



Integre Google e pixel do Facebook

Acompanhe a interação com seus QRs.



Suporte Premium

Receba assistência técnica prioritária e personalizada para solucionar qualquer problema.

**Cancele quando quiser**

Cancele sua assinatura a qualquer momento, sem restrições.

**Domínio personalizado**

Use seu próprio domínio para personalizar a URL de seus QRs.

Perguntas sobre planos

Posso mudar meu plano? >

Vocês oferecem reembolsos para períodos de subscrição não utilizados? >

Eu tenho acesso total com algum plano? >

Posso tentar de graça? >

Que tipos de pagamentos você aceita? >

Como posso cancelar minha assinatura? >

Experimente nosso gerador de código QR por 7 dias gratuitamente.

Este documento foi assinado eletronicamente por **CLEBER, MAITIELI**

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcs.com.br/spw/AssinaturaDigital/validacaoEletronica.aspx?codigo=46369d01-a2e5-7048-808974697106bb1272836&sequencia=28-2830>

<https://qrly.com/pt/pricing>

Aviso 1/2024 (0218276)

SEI 9079626110000691.000001/2024-83 / pg. 142



- Stats
- My QR Codes
- Templates
- Settings
- Billing
- Users
- Contact
- API Docs
- Help Center
- Log Out

My QR Codes

New folder Create QR Code

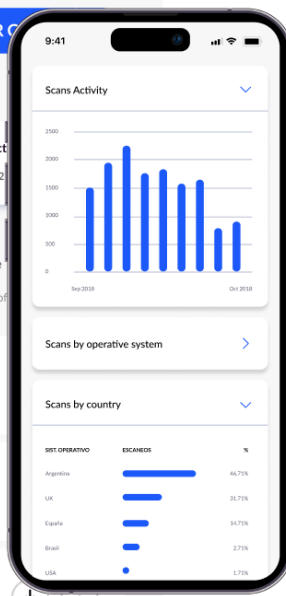
MY FOLDER

Dinner Menu 5 Nov 2023 23	Cocktails 20 Feb 2023 8	Best Deals 17 Mar 2023 1	Social Media 28 Nov 2023 5	Contact 1 Jul 2023
-------------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------

MY QR CODES

Search... QR code status: Active Qr code type: All Sort by: Most recent Quantity: 5 Page: 100 of

	Menú Breakfast and Brunch qr.fyi.mobi/p/breakfast	Dinner Menu 129 Scans	Detail
	QR VCard Contact qr.fyi.mobi/p/contact-us	Contact Address 53 Scans	Detail
	QR URL Barley's Burger qr.fyi.mobi/p/barleys	Social Media 481 Scans	Detail



Crie seus próprios códigos QR e impulsione seu negócio ou ideia

'QR Code' é uma marca registrada da DENSO WAVE INCORPORATED

Este documento foi assinado eletronicamente por **CLEBER, MAITIELI**

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcs.com.br/spw/AssinaturaDigital/validaAssinaturaEletronica.aspx?codigo=46369d01-3e26-4043-8697-4697106bb1272836&sequencia=28-2830>

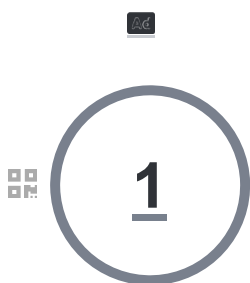
<https://qrly.com/pt/pricing>

MENSAL

SEMESTRAL*

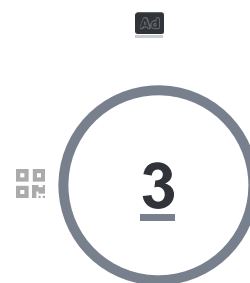
ANUAL*

Gratuito



[ASSINAR](#)

Ferro



R\$ **7,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

Bronze



R\$ **15,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

Prata



R\$ **31,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

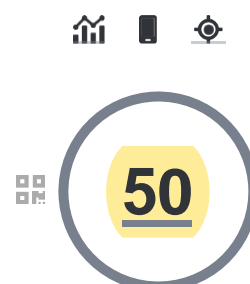
Ouro



R\$ **63,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

Platina



R\$ **119,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

Diamante



Enterprise



POPULAR


R\$ **199,92** /MÊS


[ASSINAR](#)


R\$ **399,92** /MÊS

[ASSINAR](#)


EXPlicação DOS ReCURSOS


 Qr Codes: Quantidade total disponível de forma não cumulativa.

 Downloads: Tipo de arquivos liberados para donwload.


 Analytics: Informações analíticas dos dados de Device e Localização.

 Device: Informações básicas dos aparelhos que estão efetuando a leitura dos Qr Codes.

 Localização: Rastreamento da localização (País, Estado e Cidade) de leitura do Qr Code.

 Adds: Divulgação de material publicitário na visualização dos Qr Codes.

* Os pacotes Semestral e Anual são cobrados o valor total do período.

 Copyright © 2024 E-lemento | [Status](#)



Planos e Preços

Encontre o plano perfeito. Comece com 14 dias de graça.

Professional

R\$ **230,00**/mês
Pagamento anual

COMECE JA

- 250** QR Codes Dinâmicos
- Ilimitado** Scans
- 500** Criação em Massa
- 10000** Solicitações de API
- 5** Usuários

Atendimento Premium

MAIS POPULAR

Advanced

R\$ **60,00**/mês
Pagamento anual

COMECE JA

- 50** QR Codes Dinâmicos
- Ilimitado** Scans
- 100** Criação em Massa
- 3000** Solicitações de API
- 2** Usuários

Starter

R\$ **30,00**/mês
Pagamento anual

COMECE JA

2	QR Codes Dinâmicos
10.000	Scans
1	Usuário

**Imposto não incluído ao valor*

Enterprise

Solução personalizada ideal para organizações que desejam mais QR Codes, white labeling, API e outros recursos adicionais.

CONTATE-NOS

Perguntas frequentes

Posso testar o QR Code Generator Pro gratuitamente?

e

Claro que sim! Seus primeiros 14 dias são por nossa conta. Basta criar a sua conta gratuita para começar. Se você gostar, você pode continuar usando o QR Code Generator PRO fornecendo seus dados de pagamento.

Que formas de pagamento vocês aceitam?

a

Quando eu posso usar meu plano?

a

Este documento foi assinado eletronicamente por CLEBERA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcs.com.br/spw/AssinaturaDigital/validacaoEletronica.aspx?codigo=46369d0f-a2e5-7048-8927-4697106bb1272836&sequencia=28-2830>

https://br.qr-code-generator.com/precos/?clid=Cj0KCQIAh8OtBhCQARIsAikWb69_WYw22eCqn0R2c23o_WEDhWiZTOZ4t14XXfL2PI5BtvbrVp...

Quanto tempo dura a assinatura?

a

Como cancelo a minha assinatura?

a

Posso mudar para um plano diferente depois?

a

Você tem descontos para instituições sem fins lucrativos ou de ensino?

a



Um serviço prestado por **bitly**

O QR Code Generator permite que você crie as melhores campanhas de marketing com QR Codes rastreáveis, desenhados por você.

Feito com  em Bielefeld

Conecte-se conosco



[PRODUTOS](#)

b

[RECURSOS](#)

b

[AJUDA](#)

b

[QUEM SOMOS](#)

b

[DO NOSSO BLOG](#)

[The 6 Best Flowcode Alternatives for QR Code Generation](#)

[5 Best Alternatives to QR Code Tiger](#)

[The Best 7 Beaconstac Alternatives and Competitors](#)

[A Complete Breakdown of WeChat QR Codes](#)

Como parte de nosso compromisso com a diversidade, igualdade e inclusão, também queremos tornar nossa linguagem o mais inclusiva possível. Este é um processo contínuo de aprendizagem e desenvolvimento para nós, ao qual alguns de nossos conteúdos mais antigos ainda podem precisar ser adaptados. Saiba mais sobre nossos principais valores corporativos [aqui](#).

© qr-code-generator.com 2024, 'QR Code' é uma marca registrada da DENSO WAVE INCORPORATED

[Termos de Serviço](#)

[Aviso Legal](#)

[Política de Privacidade](#)

[Política de cookies](#)



Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ ANA CLAUDIA NEVES ANTUNES (CPF XXX.906.429-XX) em 02/02/2024 16:53:51

✓ MAITIELI OLIVEIRA WEBER (CPF XXX.566.000-XX) em 02/02/2024 17:58:39

Este documento foi assinado eletronicamente por CLEBER

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=c0e9df1a-9e57-489b-9646-61c6bbf27037&sequencia=2830>

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação
acessando o link abaixo:

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

Anexo II - MINUTA CONTRATUAL.pdf

Este documento foi assinado eletronicamente por CLEBER

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=c0e9df1a-9e57-489b-9646-61c6bbf27037&sequencia=2830>

ANEXO II

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024

(Processo Administrativo SEI nº 9079626110000691.000001/2024-83)

TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
XXXX/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O
CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA
E XXXXXXXXXXXX**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, com sede na Avenida Osvaldo Rodrigues Cabral nº 1900, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.901.983/0001-64, neste ato representado por seu Diretor Administrativo e de Infraestrutura, Sr. Cléber Dias, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, expedida pela XXXXXX, e CPF nº XXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 01/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de **PLANO ANUAL DESTINADOS A CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR ANUAL
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	
VALOR DO ITEM:					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas

as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - MANUTENÇÃO, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

4.1. A CONTRATADA deve fornecer, no ato da entrega dos produtos, documentação oficial do fabricante da solução contendo informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, part number, modelo, versão, data de validade, indicador se está incluído o direito à atualização, garantia e suporte técnico, durante o período contratado.

4.2. A garantia do produto consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/9/1990, e alterações – (Código de Defesa do Consumidor), bem como dos encargos previstos à Contratada.

4.3. A contratada deverá, durante a vigência do contrato, sem ônus adicional para a Contratante, fornecer novas versões da solução que forem lançadas para correções de falhas na aplicação (bugs) ou atualizações e melhorias.

4.4. A empresa fornecedora deve garantir serviços de atendimento e suporte técnico, pelo período de validade das licenças, disponíveis em horário comercial, em dias úteis, através de telefone ou via web. Atendimento em língua portuguesa (BR).

4.5. As licenças por subscrição/assinatura deverão contar com garantia do fabricante, incluindo acesso imediato às atualizações de versão (upgrade), melhorias, correções de erros e suporte, durante o período contratado.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... ()

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SETIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/01/2024.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.11. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

9.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas

decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação,

quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.2. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4. der causa à inexecução total do contrato;

11.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.7. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.10. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.11. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.12. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.13. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. Multa:

11.15. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.16. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156,

§9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.17. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.18. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.23. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.24. as peculiaridades do caso concreto;

11.25. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.26. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.27. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.28. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.29. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.30. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.32. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92,

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=c0e9df1a-9e57-489b-9646-61c6bbf27037&sequencia=2830>

XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 12.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 12.5. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 12.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.11. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.12. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.13. Indenizações e multas.
- 12.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 13.2. Gestão/Unidade: CRCSC
- 13.3. Programa de Trabalho: SOFTWARES
- 13.4. Elemento de Despesa: 6.3.2.1.05.01.002
- 13.5. Nota de Empenho:
- 13.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Florianópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante do CRCSC

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da CONTRATADA

Anexo III - MODELO DE PROPOSTA.pdf

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024
(Processo Administrativo SEI nº 9079626110000691.000001/2024-83)

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR ANUAL
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	
VALOR ANUAL PARA ITEM:					

- O prazo de entrega é de 5 (cinco) dias, contados da assinatura o contrato.

Nome do fornecedor:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Nome e cargo do responsável:

Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ CLEBER DIAS (CPF XXX.564.389-XX) em 07/02/2024 15:02:49

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: c0e9df1a-9e57-489b-9646-61c6bbf27037

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação
acessando o link abaixo:

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=c0e9df1a-9e57-489b-9646-61c6bbf27037&sequencia=2830>

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

DESPACHO

Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83

Encaminhamos o presente processo, tipo dispensa de licitação eletrônica nº 01/2024, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE PLANO ANUAL DESTINADOS A CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR**, a fim de que seja emitido o competente parecer sobre o referido processo, nos termos da Lei nº 14.133, inciso II, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Santos Oliveira, Auxiliar Administrativo**, em 07/02/2024, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0218281** e o código CRC **9B1FDFB1**.

Referência: Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83

SEI nº 0218281



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA
Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, 1900, - Bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-710
Telefone: - www.crcsc.org.br E-mail: crcsc@crcsc.org.br

PARECER Nº 05/2024/CRCSC-DEJUR/CRCSC-DAI/CRCSC-PRES/CRCSC-CONSDIR/CRCSC-
PLEN/CRCSC
PROCESSO Nº 9079626110000691.000001/2024-83
INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO, DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA
ASSUNTO: Dispensa de Licitação Eletrônica (DLE) - Objeto: Aquisição de Plano Anual
destinado à concessão de códigos QR.

AQUISIÇÃO DE PLANO ANUAL DESTINADO À
CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR. DISPENSA DE
LICITAÇÃO ELETRÔNICA. CABIMENTO.
INTELIGÊNCIA DO ART. 75, INCISO II E SEU §1º, DA
LEI Nº. 14.133/2021.

Esta Assessoria Jurídica foi solicitada a emitir parecer relativo ao processo em epígrafe, frente às disposições constantes na Lei n. 14.133/2021 (art. 72, III).

O processo licitatório em exame tem por objeto a aquisição de Plano Anual destinado à concessão de códigos QR (50), conforme especificações contidas no documento de formalização da demanda e seus anexos.

Constam dos autos, além de outros documentos necessários:

- o documento de formalização da demanda, apontando a justificativa da necessidade da contratação;
- Nomeação da equipe de contratação e as respectivas certificações;
- Estudo técnico Preliminar - ETP;
- Relatório crítico de preços;
- Termo de Referência;
- Matriz de Gerenciamento de Riscos;
- Análise do Planejamento da Contratação emanada pelo agente de contratação, conclusiva na aptidão da demanda para prosseguimento;
- Parecer da Coordenação do Departamento de Governança e Conformidade, acolhendo a solicitação no que tange à justificativa, à motivação, bem como à disponibilidade orçamentária;
- Parecer do Diretor Administrativo e de Infraestrutura, tecendo considerações pertinentes, autorizando a abertura desde feito;

- Termo de abertura do presente processo administrativo, sugerindo a escolha do fornecedor pela dispensa de licitação eletrônica, nos termos do que preconiza a Lei n. 14.133/21;
- Minuta Contratual e Modelo de Proposta;
- Normativos afetos às competências internas no âmbito desta entidade, no que tange às contratações e pagamentos de bens e serviços.

De início, importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídico-formais, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica e aqueles relativos à finalidade do ato (correspondência entre a pretensão da Administração e o interesse público primário ou secundário). A premissa pressuposta aqui é a de que a autoridade competente age em adequação às necessidades da Administração e às atribuições conferidas legalmente a este ente autárquico. Ou seja, cabe a este departamento consultivo opinar **EXCLUSIVAMENTE** sobre a forma de contratação a ser utilizada pela Administração. Foge ao escopo deste parecer questões relativas à finalidade do ato administrativo, em favor do qual há presunção de legitimidade/legalidade.

Vale salientar, ademais, que este Departamento Jurídico, diante dos apontamentos formulados nos presentes autos administrativos, presume que as especificações técnicas contidas no feito - o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantitativo, requisitos e avaliação do preço estimado - tenham sido regularmente determinadas pela equipe de planejamento, com base em parâmetros técnicos objetivos que levam a melhor consecução do interesse público, bem como que a justificativa apresentada para a presente contratação comporte relação com a necessidade da Administração Pública para consecução das suas atribuições legais.

Nesse diapasão, ressalvada a limitação técnica deste Departamento quanto à delimitação do objeto, no que tange à forma de contratação propriamente dita, a fim de salvaguardar os recursos materiais e humanos desta Casa, atendendo-se ao interesse público, entende-se que, com efeito, esta pode ser realizada por dispensa da licitação, **observado o limite estabelecido no art. 75, inciso II e seu §1º, da Lei 14.133/2021**^[1], permitindo sua escolha pautada nos princípios da economicidade e celeridade.

Por pertinente, observa-se que, ainda que se trate de serviço que pode ser interpretado como de caráter contínuo (vide Portaria CRCSC nº. 026/2024), ao qual a Lei n. 14.133/21 prevê possibilidade de prorrogação contratual sucessiva, respeitada vigência máxima decenal (art. 107), tem-se que o legislador - ao prever no §1º do art. 75 do já referido diploma legal que, para fins de dispensa de licitação em razão do valor, será considerado o somatório do que for despendido com serviço do mesmo ramo de atividade no exercício financeiro (ou seja, de janeiro a dezembro) pela respectiva unidade gestora - limitou, de forma expressa, o lapso temporal ao qual o somatório do valor para enquadramento da dispensa fica adstrito.

A propósito, nesse sentido, cumpre destacar as lições dispostas nos Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 – Vol. 2^[2]:

75.6.2 A regra de somatório anual das dispensas de licitação (§1º do art. 75)

O §1º do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 trouxe o teor da pacífica jurisprudência do Tribunal de Contas da União para o corpo da Lei. Segundo a regra estabelecida, a Administração não pode, para se enquadrar no limite legal, fracionar uma contratação maior, que deveria levar à licitação, em duas ou mais contratações diretas.

(...)

Para realizar este cálculo devemos tomar todas as contratações realizadas **ao longo do exercício financeiro (janeiro a dezembro) que estejam categorizadas como mesmo ramo de atividade.**

(...) Caso o valor anual dispendido(sic) com determinada natureza de objeto seja superior aos limites definidos nos incisos I e II do artigo 75, será considerado fracionamento a realização de dispensa de licitação.

(...).

Sendo assim, em outras palavras do já acima exposto, **caso observado o valor da contratação anual desta espécie/natureza de serviço dentro dos limites dispostos no art. 75, inc. II e seu §1º da Lei n. 14.133/21**, bem como considerando o fato de que a dispensa restará efetivada na modalidade eletrônica, atendidas as disposições da IN n. 67/21 SEGES/ME, o que confere ao certame a atenção à ampla concorrência e à impessoalidade na escolha do(a) fornecedor(a), entende-se pela adequação da modalidade eleita.

Superadas tais premissas, quanto à fase preparatória do procedimento licitatório em questão, nos termos do que preconiza o art. 18 da Lei n. 14.133/21, tem-se que restaram, no que toca à espécie, devidamente observados os requisitos legais para tanto. Vejamos:

Na hipótese, a equipe de planejamento da contratação elaborou o estudo técnico preliminar, o qual, apesar de se tratar de documento extremamente técnico, *a priori*, contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresentando a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; os requisitos da contratação; a discriminação do quantitativo a ser adquirido, com a respectiva motivação; o levantamento de mercado; a descrição da solução como um todo; a estimativa dos valores, acompanhada dos preços unitários referenciais; os benefícios a serem alcançados com a contratação; o posicionamento conclusivo da equipe de planejamento quanto à adequação da aquisição em tela ao encontro da necessidade a que se destina, **não obstante tenha sido consignado, ao final do ETP, por equívoco material (esclarecido pelo agente de contratação), a viabilidade da demanda “com restrições”, o que, desde já, recomenda-se seja retificado e/ou formalmente aclarado no presente processo eletrônico, por intermédio de “errata”.**

Ainda, do conjunto da documentação acostada ao presente feito administrativo é possível perceber que esta se encontra em alinhamento com o planejamento anual da Administração e respectiva disponibilidade orçamentária; **contudo, verifica-se a necessidade de adaptações nos tópicos relacionados à adequação orçamentária (Item 10 do Termo de Referência e Cláusula 13ª da Minuta Contratual), quando fazem referência aos recursos específicos do orçamento da União, dada a autonomia Administrativa e Financeira sabidamente conferida ao Sistema CFC/CRCs, acreditando-se tratar, igualmente, de mero equívoco material, mas que requer retificação.**

Não fosse isso, restou igualmente juntado aos autos Mapa de Riscos, o que atende ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como a competente pesquisa e estimativa de preços, com indicação da observância dos parâmetros previstos no art. 23, §1º da Lei nº 14.133, de 2021, materializada em documento que busca observar as exigências da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. Além disso, o referido relatório apontou a análise crítica dos valores, consignando as razões de escolha do preço estimado.

Quanto ao mais, no que tange ao aviso de dispensa e seus anexos, elaborados conforme modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União, tem-se por atendido, no que cabe à hipótese, o disposto nos artigos 40, §1º e 6º, inc. XXIII da Lei n. 14.133/21, não se vislumbrando, em suas previsões, *a priori*, máculas que possam ensejar prejuízo à Administração. Outrossim, a minuta contratual, que compõe a documentação acima referida, traz, em suas previsões, as cláusulas necessárias a amparar a contratação, nos termos do que preconiza a Lei (art. 92 da Lei n. 14.133/21).

Por fim e por oportuno, considerando tratar-se de serviço que pode ser caracterizado como contínuo, convém consignar, tanto no TR, quanto na minuta do pacto a ser firmado, a possibilidade de prorrogação disposta em Lei (art. 107 da NLLCA), caso comprovada a vantajosidade administrativa.

Do exposto, **observadas as considerações acima, com os destaques pertinentes, e atendido o princípio da publicidade na forma do novo regramento, bem como o procedimento disposto na IN 67/21, este Departamento Jurídico opina pela aprovação da modalidade de contratação eleita.**

É o parecer.

Roberta Germani
Advogada CRCSC - OAB/SC 55.847
Coordenadora do Departamento Jurídico

[1] Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva **valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, no caso de outros serviços e compras; ([Vide Decreto nº 10.922, de 2021](#)) ([Vigência](#)) § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados: I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora**; II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

[2] Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Coordenação: FORTINI, Cristiana; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de; CAMARÃO, Tatiana. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p.104.



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Germani, Coordenadora**, em 28/02/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0232762** e o código CRC **E2668FD8**.

Referência: Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83

SEI nº 0232762

Assunto: Considerações ao Parecer Jurídico.

No intuito de esclarecer as alterações efetuadas em virtude dos apontamentos observados no Parecer Jurídico 05/2024/CRCSC-DEJUR, enumeramos o seguinte:

1) Em relação ao apontamento “(...) não obstante tenha sido consignado, ao final do ETP, por equívoco material (esclarecido pelo agente de contratação), a viabilidade da demanda “com restrições”, o que, desde já, recomenda-se seja retificado e/ou formalmente aclarado no presente processo eletrônico, por intermédio de “errata””.

Providencia: Esclarece-se que o Agente de Contratação cometeu um erro material ao classificar a demanda descrita no ETP. Isto posto, onde se lê “aprovada com restrições”, leia-se “aprovada sem restrições”.

2) Em relação ao apontamento “(...) contudo, verifica-se a necessidade de adaptações nos tópicos relacionados à adequação orçamentária (Item 10 do Termo de Referência e Cláusula 13ª da Minuta Contratual), quando fazem referência aos recursos específicos do orçamento da União, dada a autonomia Administrativa e Financeira sabidamente conferida ao Sistema CFC/CRCs, acreditando-se tratar, igualmente, de mero equívoco material, mas que requer retificação.”

Providencia: O TR e a Minuta Contratual foram alteradas nos termos descritos no apontamento.

3) Em relação ao apontamento “(...) Por fim e por oportuno, considerando tratar-se de serviço que pode ser caracterizado como contínuo, convém consignar, tanto no TR, quanto na minuta do pacto a ser firmado, a possibilidade de prorrogação disposta em Lei (art. 107 da NLLCA), caso comprovada a vantajosidade administrativa”.

Providencia: O TR e a Minuta Contratual foram alteradas para comportar a possibilidade de prorrogação.

Isto posto, consideram-se superados os apontamentos elencados pela assessoria jurídica no parecer nº 05/2024/CRCSC-DEJUR.

Atenciosamente,

EDUARDO SANTOS OLIVEIRA
Agente de Contratação

Aviso de Contratação 3/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	926099-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - SC	EDUARDO SANTOS OLIVEIRA	29/02/2024 14:14 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados /Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		9079626110000691.000001 /202483

1. Objeto da Contratação Direta

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024

(Processo Administrativo SEI n.º 9079626110000691.000001/2024-83)

Torna-se público que o(a) **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA**, por meio do Setor de Infraestrutura, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 05/03/2024

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **plano anual destinado a concessão de códigos QR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. - A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.2. - O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicafe, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.3. - O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.4. - O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5. - A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6. - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. - Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.8.1. - que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.8.2. - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.3. - que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.8.3.1. - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3.2. - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.3.3. - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.3.4. - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.3.5. - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.8.3.6. - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.8.4. - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.8.5. - O disposto no item 2.8.3.3. aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.8.6. - organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.8.7. - sociedades cooperativas.

2.9. - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. - O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. - O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5. - A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.6. - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8. - Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.9. - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.11. - No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.11.1. - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.11.2. - que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.11.3. - que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.11.4. - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.11.5 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º

4. FASE DE LANCES

4.1. - A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. - Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. - O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.

4.4. - O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é R\$ 10,00 (dez reais).

4.7. - Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. - Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9. - Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. - O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. - Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
- 5.2. - Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 5.3. - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.4. - Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.5. - Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.6. - Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.7. - SICAF;
- 5.8. - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 5.9. - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.10. - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.11. - Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 5.12. - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 5.13. - O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.14. - Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.15. - Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.16. - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 5.16.1. - conter vícios insanáveis;
- 5.16.1. - não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.16.1. - apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.16.1. - não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.16.1. - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.17. - Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.17.1. - for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.17.2. - apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.18. - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.19. - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.20. - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.21. - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.22. - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.23. - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.24. - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.25. - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. - Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. - A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.3. - É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.4. - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.5. - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).
- 6.6. - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.7. - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.8. - Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.9. - Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.10. - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.11. - Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.12. - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.13. - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. - Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

7.2. - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.3. - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.4. - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5. - O Termo de Contrato assinado, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.5.1. - a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.5.2. - a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.6. - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.7. - Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. - Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 8.1.2. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 8.1.3. - dar causa à inexecução total do contrato;
 - 8.1.4. - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 8.1.5. - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 8.1.6. - celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 8.1.7. - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
 - 8.1.8. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 8.1.9. - fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 8.1.10. - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.11. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 8.1.12. - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
 - 8.1.13. - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 8.2.1. - Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 8.2.2. - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.2.1;
 - 8.2.3. - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 8.2.4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. - A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4. - Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (dias) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.8.2. - a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.8.3. - as peculiaridades do caso concreto;

8.8.4. - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.5. - os danos que dela provierem para o Contratante;

8.8.6. - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.11. - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.12. - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. - republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.3. - No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.4. - fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2 - As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11 - Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12 - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13 - ANEXO I – Termo de Referência

9.14 - ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

9.15 - ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

9.16 - ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO SANTOS OLIVEIRA

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR - QR Code.pdf (1.7 MB)
- Anexo II - MINUTA CONTRATUAL.pdf (238.09 KB)
- Anexo III - MODELO DE PROPOSTA.pdf (157.86 KB)

Anexo I - TR - QR Code.pdf

Termo de Referência 5/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2024	926099-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - SC	EDUARDO SANTOS OLIVEIRA	02/02/2024 15:49 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação /Serviços de TIC		9079626110000691.000001 /202483

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	R\$ 1.151,64
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O ITEM: R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos) anual.					

1.2. - O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Serviços em Licitação - Análise Jurídica 2023 AssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=12011

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Aviso (0234771)

SEI 9079626110000691.000001/2024-83 / pg. 189

2.1. - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas do DFD do presente processo.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR com as seguintes especificações:

4.1.1. - 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos para criar e editar que permita a personalização com cores e logotipos, QR Codes Estatísticos ilimitados e download com qualidade de impressão JPG, PNG, SVG e EPS.

4.1.2. - Capacidade ilimitada de coletar estatísticas de Scans.

4.1.3. - Criação de múltiplos QR Codes estatísticos – texto e assim como QR codes dinâmicos websites através de um CSV, com limites de Qr Code criados por lote.

4.1.4. - Limite de 3.000 (três mil) solicitações de API por mês. Permissão de 2 (dois) usuários por conta.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. - Criação e entrega dos acessos a conta que estará apta a manipular os QR Codes solicitados, nas características definidas neste TR por parte da CONTRATADA: 02 (dois) dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. - O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. - A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento próprio para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Serviços em Licitação - Atualização 2023
<https://cadas.ccm.gov.br/validacao/AssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=42611>

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

7.2. - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. - não produzir os resultados acordados,

7.2.2. - deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4. - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.7. - O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10. - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.12. - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.14. - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.21.1. o prazo de validade;

7.21.2. a data da emissão;

7.21.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.21.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.21.5. o valor a pagar; e

7.21.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.37. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Dispensa de Licitação, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2. - O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário

8.3. - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.21. - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

8.31. - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.151,64

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	R\$ 1.151,64

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRCSC.

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadas.ces.gov.br/validacao/validacao.asp?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=1024011>

Modelo de Serviços em Licitação - Atualização Maio/2023

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: CRCSC/Sede;
- II) Fonte de Recursos: 6.3.1.3.02.01.005;
- III) Programa de Trabalho: 3017;
- IV) Plano Interno: SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Equipe de apoio

ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP - QR Code.pdf (1.09 MB)

Anexo I - ETP - QR Code.pdf

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 9079626110000691.000001/202483

2. Descrição da necessidade

2.1. - O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina tem como pilares o registro, a fiscalização e o estímulo à educação profissional continuada, prerrogativas essas que, para que se cumpram de forma efetiva, necessitam de ampla divulgação, a fim de informar ao profissional da contabilidade e a sociedade como um todo, sobre toda e qualquer tipo de ação referente ao registro, fiscalização e eventos/cursos realizados pela entidade.

2.2. - Essas informações são disseminadas nos canais de comunicação do CRCSC, a maioria destes digitais, acompanhando a evolução da sociedade, que se faz cada vez mais tecnológica. Os canais digitais trazem ainda maior velocidade da notícia e clareza da informação, por isso seu uso se faz necessário e é tão relevante.

2.3. - Contudo, para acompanhar este avanço e tornar o acesso à informação ainda mais rápido e prático, busca-se ferramentas que facilitem esse livre e instantâneo acesso. Desta forma, se faz necessária a contratação de um plano de serviços de Códigos QR, com objetivo de maior interação com os usuários de gadgets (dispositivos eletrônicos) e outros aparelhos, nas divulgações institucionais e eventos do CRCSC.

2.4. - O mecanismo visa trazer informações mais consistentes sobre determinada campanha ou evento, levando o usuário à uma página ou site do CRCSC com conteúdos adicionais. Tem ainda a importante função de proteção ao meio ambiente, uma vez que evita a impressão de papeis, já que permite ao usuário acessar qualquer informação, por meio de dispositivo eletrônico.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Comunicação	Ana Cláudia Antunes Vallejos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. - Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR com as seguintes especificações:

4.1.1. - 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos para criar e editar que permita a personalização com cores e logotipos, QR Codes Estatísticos ilimitados e download com qualidade de impressão JPG, PNG, SVG e EPS.

4.1.2. - Capacidade ilimitada de coletar estatísticas de Scans.

4.1.3. - Criação de múltiplos QR Codes estatísticos – texto e assim como QR codes dinâmicos websites através de um CSV, com limites de Qr Code criados por lote.

4.1.4. - Limite de 3.000 (três mil) solicitações de API por mês. Permissão de 2 (dois) usuários por conta.

5. Levantamento de Mercado

5.1. - Em consonância com os incisos I e II do art. 5º da IN 65/2021, foi consultado o painel preços que não retornou resultados consistentes para o objeto em tela.

5.2. - Dessa forma, conforme o item III do art. 5º da IN 65/2021, procedeu-se a pesquisa em sítios eletrônicos especializados, que retornou os seguintes resultados:

PREÇOS COLETADOS		
	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00
MEDIA	R\$ 95,97	R\$ 1.151,64

5.3. - Dessa forma, foi estabelecido o valor de **R\$ 1.151,64 (mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos)** anuais como valor estimado para a contratação, obtida através da média aritmética simples dos valores encontrados no mercado, em consonância com o art. 6º da IN 65/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. - Quantidade e Personalização de QR Codes Dinâmicos:

6.1.1. - Disponibilização de 50 QR Codes dinâmicos, com a capacidade de criação e edição. Ferramenta de personalização avançada, permitindo a seleção de cores e inclusão de logotipos nos QR Codes.

6.2. - QR Codes Estatísticos:

6.2.1. - Oferta de QR Codes estatísticos ilimitados, em conformidade com a demanda por uma análise abrangente da utilização dos códigos. Possibilidade de download das estatísticas em formatos de qualidade de impressão, incluindo JPG, PNG, SVG e EPS.

6.3. - Coleta Ilimitada de Estatísticas de Scans:

6.3.1. - Implementação de capacidade ilimitada para coletar estatísticas de scans, fornecendo uma visão detalhada do engajamento do público.

6.4. - Criação Múltiplos QR Codes Estatísticos e Dinâmicos:

6.4.1. - Facilidade para criar múltiplos QR Codes estatísticos, tanto baseados em texto quanto QR Codes dinâmicos para websites. Importação eficiente através de arquivos CSV para criação de lotes, com limites específicos para gerenciamento organizado.

6.5. - Limite de Solicitações de API:

6.5.1. - Estabelecimento de um limite de 3.000 solicitações de API por mês, garantindo uma utilização controlada e eficiente dos recursos.

6.6. - Permissão de Usuários:

6.6.1. - Concessão de permissão para até 2 usuários por conta, permitindo colaboração e garantindo a segurança no acesso à plataforma.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. - Quantidade: 50 (cinquenta) QR Codes Dinâmicos com acesso através de conta com permissão para 02 (dois) usuários. A estimativa foi definida através de experiências pregressas por parte do setor com o objeto a ser contratado, sendo que a quantidade estimada atende as necessidades do órgão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.151,64

8.1. - A estimativa foi determinada pela média apresentada em pesquisa de preços, conforme determinação da IN 65/2021, de acordo com levantamento apresentado de maneira pormenorizada no Relatório Crítico de Preços, Anexo I do presente ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. - Devido a natureza do objeto a ser contratado, não se faz necessário o parcelamento da solução, devendo a mesma ser entregue em parcela única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. - Processo administrativo nº 2023/000024, Dispensa de Licitação 07/2023 aberto com o mesmo objeto, tendo vencimento previsto para o mês de março/2024, sendo indispensável a sua renovação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. - A contratação está prevista no PCA 2024 do CRCSC, em seu item 21.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. - A aquisição irá proporcionar diversos benefícios, dentre os quais destaca-se:

12.1.1. - Personalização Avançada: Capacidade de criar e editar 50 QR Codes dinâmicos com personalização de cores e logotipos oferece flexibilidade para adaptar os códigos de acordo com as necessidades de branding e design.

12.1.2. - Análise Estatística Abrangente: A disponibilidade de QR Codes estatísticos ilimitados e a capacidade ilimitada de coletar estatísticas de scans fornecem insights valiosos sobre o desempenho e a eficácia das campanhas de QR Code.

12.1.3. - Qualidade de Impressão: O download em formatos de alta qualidade (JPG, PNG, SVG e EPS) garante que os códigos QR possam ser utilizados em materiais de marketing, impressos ou digitais, mantendo uma qualidade visual elevada.

12.1.4. - Criação Eficiente de QR Codes: A capacidade de criar múltiplos QR Codes estatísticos e dinâmicos através de um arquivo CSV agiliza o processo para grandes quantidades, oferecendo eficiência na gestão de campanhas extensas.

12.1.5. - Limite de Solicitações de API: O estabelecimento de um limite de 3.000 solicitações de API por mês assegura uma utilização equilibrada dos recursos, evitando sobrecarga e proporcionando um controle adequado.

12.1.6. - Colaboração e Segurança: A permissão para até 2 usuários por conta facilita a colaboração entre membros da equipe, permitindo o gerenciamento conjunto das campanhas de QR Code, ao mesmo tempo em que mantém a segurança e controle de acesso.

12.2. - Esses benefícios combinados proporcionam uma solução abrangente para que o CRCSC possa integrar efetivamente os códigos QR em suas estratégias de marketing, rastreamento e interação com o público-alvo. A personalização, análise de dados e eficiência na criação dos códigos contribuem para uma abordagem mais eficaz e orientada por dados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. - Não se vislumbra nenhuma providência a ser adotada em relação a contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. - Devido a natureza do objeto, não se vislumbra nenhum possível impacto ambiental para a demanda.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

O presente estudo cumpre com todos os requisitos formais.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAITIELI OLIVEIRA WEBER

Equipe de apoio

ANA CLAUDIA ANTUNES VALLEJOS

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - RELATÓRIO CRÍTICO DE PREÇOS.pdf (1.02 MB)

Anexo I - RELATÓRIO CRÍTICO DE PREÇOS.pdf

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/PLANO ANUAL DESTINADOS A CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR.

I - IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO;

Cotação realizada pela funcionária Ana Cláudia Antunes Vallejos, matrícula 13, Assessor de Comunicação.

II - CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS;

Inicialmente, foi consultado o painel preços, conforme incisos I e II do art. 5º da IN 65/2021, que acabou por não retornar resultados consistentes para o objeto em tela.

Dessa forma, conforme o item III do art. 5º da IN 65/2021, procedeu-se a pesquisa em sítios eletrônicos especializados, que retornou os seguintes resultados:

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS;

PREÇOS COLETADOS		
FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00

IV - MÉTODO MATEMÁTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO;

De acordo com o Art. 6º da IN 65/2021, pode se utilizar a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços para se estabelecer o preço estimado para a demanda:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Para a obtenção dos valores finais, utilizou-se a média aritmética simples dos 3 valores obtidos na pesquisa.

V - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL.

A utilização da média aritmética simples dos 3 valores obtidos na pesquisa se justifica por tal método trazer uma medida de tendência central para demonstrar a variação padrão dos resultados. Dessa, obteve-se os seguintes valores:

PREÇOS COLETADOS		
FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
E-LEMENTO	R\$ 119,92	R\$ 1.439,04
QRFY	R\$ 107,99	R\$ 1.295,88
QR CODE GENERATOR	R\$ 60,00	R\$ 720,00
MEDIA	R\$ 95,97	R\$ 1.151,64

Em conclusão, conforme levantamento de mercado, tem-se o valor médio de **R\$ 1.151,64 (tres mil quatrocentos e trinta e tres reais e cinquenta centavos)** para a demanda. Esse valor deve ser usado como parâmetro para o valor máximo aceitável para a contratação.

ANA CLÁUDIA ANTUNES VALLEJOS
Equipe de Apoio

ANEXO I – ORÇAMENTOS REALIZADOS

Sítios eletrônicos especializados pesquisados:

- 1) E-lemento: <https://www.e-lemento.com/pt-br/#prices>
- 2) QRFY: <https://qrfy.com/pt/pricing>
- 3) QR Code Generator: https://br.qr-code-generator.com/precos/?gclid=Cj0KCQiAh8OtBhCQARIsAlkWb69_WYw22eCqn0R2c23o_WEDhWiZTOZ4t14XXfL2PI5BtvbrVp%E2%80%A6

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

Planos e preços

Experimente gratuitamente por 7 dias antes de assinar o plano mais adequado às suas necessidades.

Melhor valor - Economize 50%

12 MESES

~~R\$ 214,99~~

R\$ 107,99 /Mês

Cobrado anualmente

Comprar

6 MESES

R\$ 160,99 /Mês

Faturado semestralmente

Comprar

3 MESES

R\$ 214,99 /Mês

Faturado trimestralmente

Comprar



Se você representa uma organização sem fins lucrativos, universidade, escola ou outra entidade similar, convidamos você a entrar em contato com nossa equipe de suporte para lhe oferecer uma solução que atenda às suas necessidades. [Entre em contato conosco](#)

Todos os planos incluem:



Crie QRs estáticos e dinâmicos ilimitados

Crie QRs ilimitados e atualize-os quando quiser em tempo real.



Variedade de tipos de QR

Escolha entre vários tipos de QR, como URL, PDF, Menu e muito mais.



Variedade de formatos de descarregamento

Baixe seu QR em PNG, SVG, PDF, entre outros.



Usuários ilimitados

Convide os usuários que deseja para colaborar na criação e gestão do seu QR.



Análise completa de QR

Obtenha estatísticas sobre o número de varreduras, locais e dispositivos do usuário.



Edição e gestão de QR

Personalize seus QRs com cores, fontes e logotipo de sua preferência, entre outras opções.



Digitalizações ilimitadas

Seus QRs podem ser escaneados ilimitadamente.



Criação e download em massa

Gere vários QRs com CSV ou API REST e obtenha-os em um único download.



Integre Google e pixel do Facebook

Acompanhe a interação com seus QRs.



Suporte Premium

Receba assistência técnica prioritária e personalizada para solucionar qualquer problema.

**Cancele quando quiser**

Cancele sua assinatura a qualquer momento, sem restrições.

**Domínio personalizado**

Use seu próprio domínio para personalizar a URL de seus QRs.

Perguntas sobre planos

Posso mudar meu plano? >

Vocês oferecem reembolsos para períodos de subscrição não utilizados? >

Eu tenho acesso total com algum plano? >

Posso tentar de graça? >

Que tipos de pagamentos você aceita? >

Como posso cancelar minha assinatura? >

Experimente nosso gerador de código QR por 7 dias gratuitamente.

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

<https://qrify.com/pt/pricing>

Aviso (0234771)

SEI 9079626110000691.000001/2024-83 / pg. 214



- Stats
- My QR Codes**
- Templates
- Settings
- Billing
- Users
- Contact
- API Docs
- Help Center
- Log Out

My QR Codes

New folder

Create QR Code

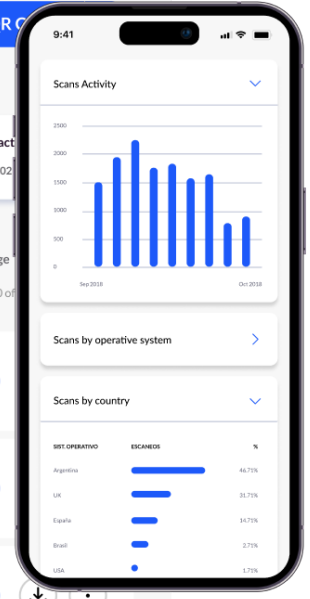
MY FOLDER

Dinner Menu 5 Nov 2023	Cocktails 20 Feb 2023	Best Deals 17 Mar 2023	Social Media 28 Nov 2023	Contact 1 Jul 2023
23	8	1	5	

MY QR CODES

Search...
QR code status:
Qr code type:
Sort by:
Quantity:
Page:

<input type="checkbox"/>		Menú Breakfast and Brunch Dinner Menu qrfy.mobi/p/breakfast	129 Scans	Detail
<input type="checkbox"/>		QR VCard Contact Contact Address qrfy.mobi/p/contact-us	53 Scans	Detail
<input type="checkbox"/>		QR URL Barley's Burger Social Media qrfy.mobi/p/barleys	481 Scans	Detail



QRFY

Crie seus próprios códigos QR e impulsione seu negócio ou ideia

'QR Code' é uma marca registrada da DENSO WAVE INCORPORATED

MENSAL

SEMESTRAL*

ANUAL*

Gratuito

Ad

1



ASSINAR

Ferro

Ad

3

R\$ **7,92** /MÊS

ASSINAR

Bronze

🏠 📱

5

R\$ **15,92** /MÊS

ASSINAR

Prata

🏠 📱 ⚙️

15

R\$ **31,92** /MÊS

ASSINAR

POPULAR

Ouro

🏠 📱 ⚙️

25

R\$ **63,92** /MÊS

ASSINAR

Platina

🏠 📱 ⚙️

50

R\$ **119,92** /MÊS

ASSINAR

Diamante

🏠 📱 ⚙️

100

Enterprise

🏠 📱 ⚙️

∞







R\$ **199,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

R\$ **399,92** /MÊS

[ASSINAR](#)

Explicação dos Recursos

-  Qr Codes: Quantidade total disponível de forma não cumulativa.
-  Downloads: Tipo de arquivos liberados para download.
-  Analytics: Informações analíticas dos dados de Device e Localização.
-  Device: Informações básicas dos aparelhos que estão efetuando a leitura dos Qr Codes.
-  Localização: Rastreamento da localização (País, Estado e Cidade) de leitura do Qr Code.
-  Ad: Divulgação de material publicitário na visualização dos Qr Codes.

* Os pacotes Semestral e Anual são cobrados o valor total do período.

 Copyright © 2024 E-lemento | [Status](#)



Planos e Preços

Encontre o plano perfeito. Comece com 14 dias de graça.

Professional

R\$ **230,00** /mês
Pagamento anual

COMECE JÁ

250	<u>QR Codes Dinâmicos</u>
Ilimitado	<u>Scans</u>
500	<u>Criação em Massa</u>
10000	<u>Solicitações de API</u>
5	<u>Usuários</u>

Atendimento Premium

MAIS POPULAR

Advanced

R\$ **60,00** /mês
Pagamento anual

COMECE JÁ

50	<u>QR Codes Dinâmicos</u>
Ilimitado	<u>Scans</u>
100	<u>Criação em Massa</u>
3000	<u>Solicitações de API</u>
2	<u>Usuários</u>

Starter

R\$ **30,00**/mês

Pagamento anual

COMECE JÁ

2	QR Codes Dinâmicos
10.000	Scans
1	Usuário

**Imposto não incluído ao valor*

Enterprise

Solução personalizada ideal para organizações que desejam mais QR Codes, white labeling, API e outros recursos adicionais.

CONTATE-NOS

Perguntas frequentes

Posso testar o QR Code Generator Pro gratuitamente? ^

Claro que sim! Seus primeiros 14 dias são por nossa conta. Basta criar a sua conta gratuita para começar. Se você gostar, você pode continuar usando o QR Code Generator PRO fornecendo seus dados de pagamento.

Que formas de pagamento vocês aceitam? ∨

Quando eu posso usar meu plano? ∨

Este documento foi assinado eletronicamente por CLAUDIA, MAITIELI

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

https://br.qr-code-generator.com/precos/?gclid=Cj0KCQiAh8OtBhCOARIsAIKWb69_WYw22eCqn0R2c23o_WEDhWiZTOZ4t14XXfL2PI5BtvbrVp... 2/5

Quanto tempo dura a assinatura?



Como cancelo a minha assinatura?



Posso mudar para um plano diferente depois?



Você tem descontos para instituições sem fins lucrativos ou de ensino?



Mais dúvidas?

VISITE O NOSSO CENTRO DE AJUDA



Um serviço prestado por **bitly**

O QR Code Generator permite que você crie as melhores campanhas de marketing com QR Codes rastreáveis, desenhados por você.

Feito com  em Bielefeld

Conecte-se conosco



PRODUTOS



RECURSOS



AJUDA



QUEM SOMOS



DO NOSSO BLOG

The 6 Best Flowcode Alternatives for QR Code Generation

5 Best Alternatives to QR Code Tiger

The Best 7 Beaconstac Alternatives and Competitors

A Complete Breakdown of WeChat QR Codes

Como parte de nosso compromisso com a diversidade, igualdade e inclusão, também queremos tornar nossa linguagem o mais inclusiva possível. Este é um processo contínuo de aprendizagem e desenvolvimento para nós, ao qual alguns de nossos conteúdos mais antigos ainda podem precisar ser adaptados. Saiba mais sobre nossos principais valores corporativos [aqui](#).

© qr-code-generator.com 2024, 'QR Code' é uma marca registrada da DENSO WAVE INCORPORATED

[Termos de Serviço](#)

[Aviso Legal](#)

[Política de Privacidade](#)

[Política de cookies](#)



Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

✓ ANA CLAUDIA NEVES ANTUNES (CPF XXX.906.429-XX) em 02/02/2024 16:53:51

✓ MAITIELI OLIVEIRA WEBER (CPF XXX.566.000-XX) em 02/02/2024 17:58:39

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação
acessando o link abaixo:

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=e46369c0-3e24-40a3-8827-897b04b2bf72&sequencia=2810>

Anexo II - MINUTA CONTRATUAL.pdf

ANEXO II

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024

(Processo Administrativo SEI nº 9079626110000691.000001/2024-83)

TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
XXXX/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O
CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA
E XXXXXXXXXXXXX**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, com sede na Avenida Osvaldo Rodrigues Cabral nº 1900, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.901.983/0001-64, neste ato representado por seu Diretor Administrativo e de Infraestrutura, Sr. Cléber Dias, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXX, expedida pela XXXXXX, e CPF nº XXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 01/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de **PLANO ANUAL DESTINADOS A CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR ANUAL
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	
VALOR DO ITEM:					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da mesma lei.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de

termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - MANUTENÇÃO, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

4.1. A CONTRATADA deve fornecer, no ato da entrega dos produtos, documentação oficial do fabricante da solução contendo informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, part number, modelo, versão, data de validade, indicador se está incluído o direito à atualização, garantia e suporte técnico, durante o período contratado.

4.2. A garantia do produto consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/9/1990, e alterações – (Código de Defesa do Consumidor), bem como dos encargos previstos à Contratada.

4.3. A contratada deverá, durante a vigência do contrato, sem ônus adicional para a Contratante, fornecer novas versões da solução que forem lançadas para correções de falhas na aplicação (bugs) ou atualizações e melhorias.

4.4. A empresa fornecedora deve garantir serviços de atendimento e suporte técnico, pelo período de validade das licenças, disponíveis em horário comercial, em dias úteis, através de telefone ou via web. Atendimento em língua portuguesa (BR).

4.5. As licenças por subscrição/assinatura deverão contar com garantia do fabricante, incluindo acesso imediato às atualizações de versão (upgrade), melhorias, correções de erros e suporte, durante o período contratado.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SETIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/01/2024.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o

contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.11. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

9.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de

seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.2. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4. der causa à inexecução total do contrato;

11.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.7. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.10. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.11. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.12. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.13. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. Multa:

11.15. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.16. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese

alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.17. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.18. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.23. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.24. as peculiaridades do caso concreto;

11.25. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.26. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.27. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.28. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.29. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.30. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.32. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 12.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 12.5. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 12.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.11. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.12. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.13. Indenizações e multas.
- 12.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRCSC deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 13.2. Gestão/Unidade: CRCSC
- 13.3. Programa de Trabalho: SOFTWARES
- 13.4. Elemento de Despesa: 6.3.2.1.05.01.002
- 13.5. Nota de Empenho:
- 13.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Florianópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante do CRCSC

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da CONTRATADA

Anexo III - MODELO DE PROPOSTA.pdf

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024
(Processo Administrativo SEI nº 9079626110000691.000001/2024-83)

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR ANUAL
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	
VALOR ANUAL PARA ITEM:					

- O prazo de entrega é de 5 (cinco) dias, contados da assinatura o contrato.

Nome do fornecedor:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Nome e cargo do responsável:

Aviso de Contratação Direta nº 90001/2024

Última atualização 29/02/2024

Local: Florianópolis/SC **Órgão:** CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

Unidade compradora: 926099 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SC

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Aviso de Contratação Direta **Modo de Disputa:** Dispensa Com Disputa

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 29/02/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 29/02/2024 14:42 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 05/03/2024 07:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 83901983000164-1-000004/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR

Informação complementar:

Art. 75º, Inciso II da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 1.151,65

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 1.150,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Audiovisual - Reprodução / Edição	50	R\$ 23,033	R\$ 1.151,65	

Exibir: 1-1 de 1 itens

Página



[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DA DISPENSA

UASG 926099 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - SC

DISPENSA 90001/2024

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não		
Objeto da compra:	Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR		
Entrega de propostas:	De 29/02/2024 às 14:42 até 05/03/2024 às 07:59		
Abertura da sessão pública:	Dia 05/03/2024 às 08:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	05/03/2024 às 08:00:01	A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 16:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	05/03/2024 às 17:51:18	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	05/03/2024 às 17:55:19	Boa tarde Srs. licitantes!
Sistema	05/03/2024 às 17:59:07	Passaremos a fase de julgamento das propostas e habilitação; entretanto, devido ao término do expediente no órgão, a sessão atual será suspensa, com previsão de reabertura para amanhã, dia 06/03/2024, às 09:00 horas.
Sistema	06/03/2024 às 09:01:40	Bom dia Srs. Licitantes, Dispensa Eletrônica 90001/2024 reaberta. Iremos dar sequência ao julgamento das propostas e habilitação, por favor, permaneçam conectados.
Sistema	07/03/2024 às 09:55:39	Prezados licitantes, a Dispensa Eletrônica 90006/2024 restou fracassada. Diante do ocorrido, irá se aplicar o disposto no inciso II, do Art. 22, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021, que determina que, no caso do procedimento restar fracassado, pode-se fixar prazo para que os fornecedores interessados possam regularizar a sua situação no que se refere à habilitação.
Sistema	07/03/2024 às 09:55:57	Isto posto, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a regularização das condições de habilitação de todos os licitantes. A sessão será suspensa com previsão de reabertura para o dia 08/03/2024, às 10:00 horas, sendo que nessa data os documentos de habilitação serão julgados novamente.
Sistema	08/03/2024 às 09:02:22	Bom dia Srs. Licitantes, Dispensa de Licitação 90001/2024 reaberta. Iremos reiniciar a fase de julgamento das propostas de acordo com a ordem de classificação, por favor, permaneçam conectados.
Sistema	08/03/2024 às 09:09:18	Correção: Conforme informado anteriormente, a sessão será reaberta às 10:00 horas. Favor desconsiderar mensagem anterior.
Sistema	08/03/2024 às 12:10:56	Srs. Licitantes, a sessão será suspensa para o almoço, com previsão de reabertura para às 14:00 horas.
Sistema	08/03/2024 às 14:01:38	Boa tarde Srs. Licitantes, Dispensa Eletrônica 90001/2024 reaberta.

Eventos da compra

08/03/2024 14:48

1 de 5

Data/Hora	Descrição
05/03/2024 às 08:00:01	Abertura da sessão pública
05/03/2024 às 17:51:17	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Audiovisual - Reprodução / Edição

Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR

Quantidade:	50	Valor estimado:	R\$ 23,0330
Unidade de fornecimento:	UNIDADE	Situação:	Adjudicado e Homologado
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 10,0000		

Aceito e Habilitado por CPF ***.358.***-2 - EDUARDO SANTOS OLIVEIRA para K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83, melhor lance: R\$ 23,0000

Propostas do Item 1

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
49.413.810/0001-69 - 49.413.810 APARECIDO MASSARELI DE MIRANDA	Sim	R\$ 23,0330	Fornecedor inabilitado
Descrição detalhada: Contratação de Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR			
44.550.731/0001-86 - ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA	Sim	R\$ 22,9999	Fornecedor inabilitado
Descrição detalhada: Entrega totalmente on line.			
39.421.244/0001-83 - K G NASCIMENTO MARKETING	Sim	R\$ 23,0000	Proposta adjudicada
Descrição detalhada: Contratação de Serviços/Plano anual destinados a concessão de códigos QR.			

Lances do Item 1

Nenhum lance foi registrado para o Item 1.

Mensagens do chat do Item 1

Enviado por	Data/Hora envio	Mensagem
-------------	-----------------	----------

08/03/2024 14:48

2 de 5

Enviado por	Data/Hora envio	Mensagem
Sistema	05/03/2024 16:00:07	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 44.550.731/0001-86	06/03/2024 09:07:28	Sr. Fornecedor ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA, CNPJ 44.550.731/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:07:00 do dia 06/03/2024. Justificativa: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas..
Sistema para o participante 44.550.731/0001-86	06/03/2024 11:07:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:07:00 de 06/03/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA, CNPJ 44.550.731/0001-86.
Sistema para o participante 39.421.244/0001-83	06/03/2024 11:10:52	Sr. Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:10:00 do dia 06/03/2024. Justificativa: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas.
pelelo participante 39.421.244/0001-83	06/03/2024 12:11:06	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:11:06 de 06/03/2024. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83.
Sistema para o participante 49.413.810/0001-69	06/03/2024 13:49:15	Sr. Fornecedor 49.413.810 APARECIDO MASSARELI DE MIRANDA, CNPJ 49.413.810/0001-69, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:49:00 do dia 06/03/2024. Justificativa: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas..
pelelo participante 49.413.810/0001-69	06/03/2024 15:23:12	Boa tarde, quanto a exigência do item 8.23. do Termo de Referência, informo que o nosso distribuidor é estrangeiro, Gerador de Código QR Pró Bitly europa, não possuindo certidões negativas nacionais. Desta forma, qual documentação viabilizaria o atendimento do referido item ?
pelelo participante 49.413.810/0001-69	06/03/2024 15:31:56	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:31:56 de 06/03/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor 49.413.810 APARECIDO MASSARELI DE MIRANDA, CNPJ 49.413.810/0001-69.
Sistema para o participante 44.550.731/0001-86	08/03/2024 10:10:58	Sr. Fornecedor ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA, CNPJ 44.550.731/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:10:00 do dia 08/03/2024. Justificativa: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas.
Sistema para o participante 44.550.731/0001-86	08/03/2024 12:10:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:10:00 de 08/03/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA, CNPJ 44.550.731/0001-86.
Sistema para o participante 39.421.244/0001-83	08/03/2024 14:04:29	Sr. Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:04:00 do dia 08/03/2024. Justificativa: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas.
pelelo participante 39.421.244/0001-83	08/03/2024 14:12:46	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:12:46 de 08/03/2024. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
05/03/2024 16:00:07	Item com etapa aberta encerrada.
05/03/2024 16:00:07	Item encerrado para lances.
06/03/2024 09:07:28	Fornecedor ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA, CNPJ 44.550.731/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 06/03/2024 11:07:00. Motivo: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas..
06/03/2024 11:10:17	Fornecedor ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA, CNPJ 44.550.731/0001-86 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 22,9999. Motivo: Licitante não enviou a documentação solicitada no prazo estabelecido..
06/03/2024 11:10:52	Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 06/03/2024 13:10:00. Motivo: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas.
06/03/2024 12:11:05	Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83 finalizou o envio de anexo.
06/03/2024 13:45:29	Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 23,0000. Motivo: Proposta dentro do valor estimado..
06/03/2024 13:47:33	Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83 foi inabilitado. Motivo: O licitante não apresentou a certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, prevista no item 8.23. do Termo de Referência, dentro do prazo previsto..
06/03/2024 13:49:15	Fornecedor 49.413.810 APARECIDO MASSARELI DE MIRANDA, CNPJ 49.413.810/0001-69 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 06/03/2024 15:49:00. Motivo: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas..
06/03/2024 15:31:56	Fornecedor 49.413.810 APARECIDO MASSARELI DE MIRANDA, CNPJ 49.413.810/0001-69 finalizou o envio de anexo.
06/03/2024 16:16:41	Fornecedor 49.413.810 APARECIDO MASSARELI DE MIRANDA, CNPJ 49.413.810/0001-69 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 23,0330. Motivo: Proposta dentro do valor estimado..
06/03/2024 16:19:13	Fornecedor 49.413.810 APARECIDO MASSARELI DE MIRANDA, CNPJ 49.413.810/0001-69 foi inabilitado. Motivo: O licitante não apresentou a certidão negativa de falência ou de insolvência civil, conforme exigido nos itens 8.22 e 8.23. do Termo de Referência, dentro do prazo previsto..
06/03/2024 16:19:13	Item fracassado no julgamento / habilitação.
08/03/2024 10:10:04	Fornecedor ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA, CNPJ 44.550.731/0001-86 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 22,9999. Motivo: Em conformidade com o inciso II, do Art. 22, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021, está reaberta a fase de julgamento de propostas e habilitação..
08/03/2024 10:10:04	Desfeito o item fracassado no julgamento / habilitação.
08/03/2024 10:10:58	Fornecedor ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA, CNPJ 44.550.731/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 08/03/2024 12:10:00. Motivo: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas.

Data/Hora	Descrição
08/03/2024 14:02:19	Fornecedor ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL ROCHA LTDA, CNPJ 44.550.731/0001-86 foi inabilitado. Motivo: O licitante não apresentou a documentação solicitada dentro do prazo previsto..
08/03/2024 14:02:19	Item fracassado no julgamento / habilitação.
08/03/2024 14:03:49	Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 23,0000. Motivo: Em conformidade com o inciso II, do Art. 22, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021..
08/03/2024 14:03:49	Desfeito o item fracassado no julgamento / habilitação.
08/03/2024 14:04:29	Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 08/03/2024 16:04:00. Motivo: Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação, nos termos do item 8 do Termo de Referência do Aviso de Licitação 90001/2024. Prazo de 02 (duas) horas.
08/03/2024 14:12:46	Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83 finalizou o envio de anexo.
08/03/2024 14:37:40	Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83 foi habilitado.
08/03/2024 14:48:07	Fornecedor K G NASCIMENTO MARKETING, CNPJ 39.421.244/0001-83 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 23,0000.
08/03/2024 14:48:23	Item homologado.

Nº Empenho	Data do Empenho	Tipo do Empenho	Processo	Nº. Reserva	Exercício
340	08.03.2024	ORDINARIO	DE01/2023	340	2024

Conta de Despesa	Descrição da Conta	Projeto	SubProjeto
6.3.1.3.02.01.005	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3017 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	-

Número do Evento	Descrição do Evento
1130	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Dados da Modalidade (Fundamentação Legal)			
Modalidade	Complemento	Número	Núm. Controle
Dispensa Eletrônica			0

Favorecido			
Favorecido : 5425 - KG NASCIMENTO MARKETING		CNPJ / CPF : 39.421.244/0001-83	
Endereço : RUA WALTER DE CASTRO, 5		Bairro : CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS	
CEP : 60822-070	Cidade : FORTALEZA	UF : CE	
Banco :	Agência :	Conta :	

Histórico do Empenho	Qtde Parcelas	Valor Unitário	Valor Total Empenhado
DESPESA COM CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO/PLANO ANUAL DE CONCESSÃO DE 50 UNIDADES DE CÓDIGOS QR.	1	1.150,00	1.150,00

Valor por Extenso
Um Mil, Cento e Cinquenta Reais

Dotação Orçamentária	Empenhos Acumulados	Valor deste Empenho	Saldo Atual
464.403,00	241.602,84	1.150,00	221.650,16

, 08 de Marco de 2024

HERMELINDO JUNIOR SOARES
Contador CRCSC 033374/O

CLEBER DIAS
Diretor Adm e de Infraestrutura do CRCSC

MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS
Presidente do CRCSC





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 75YN-3VHQ-75ZQ-75ZQ

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

- ✓ HERMELINDO JUNIOR SOARES (CPF 000.189.559-00) em 11/03/2024 08:01
- ✓ CLEBER DIAS (CPF 000.564.389-00) em 12/03/2024 09:30
- ✓ MARISA LUCIANA SCHVABE DE MORAIS (CPF 000.133.239-00) em 13/03/2024 10:40

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em https://cadastro2.crsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

<https://cadastro2.crsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo={0}>

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024

(Processo Administrativo SEI nº 9079626110000691.000001/2024-83)

TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
1435/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O
CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA
E KG NASCIMENTO MARKETING**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, com sede na Avenida Osvaldo Rodrigues Cabral nº 1900, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.901.983/0001-64, neste ato representado por seu Diretor Administrativo e de Infraestrutura, Sr. Cléber Dias, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa KG NASCIMENTO MARKETING inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.421.244/0001-83, sediada na Rua Walter de Castro, 5 - Cidade dos Funcionários, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por KARINA GOMES NASCIMENTO, portador da Carteira do CPF nº 067.849.563-70, tendo em vista o que consta no Processo nº 9079626110000691.000001/2024-83 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 01/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de **PLANO ANUAL DESTINADOS A CONCESSÃO DE CÓDIGOS QR**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR ANUAL
1	Serviços/Plano Anual destinados a concessão de códigos QR	19658	Unidade	50	R\$ 1.150,00
VALOR TOTAL DO ITEM: R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais).					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da mesma lei.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - MANUTENÇÃO, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

4.1. A CONTRATADA deve fornecer, no ato da entrega dos produtos, documentação oficial do fabricante da solução contendo informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, part number, modelo, versão, data de validade, indicador se está incluído o direito à atualização, garantia e suporte técnico, durante o período contratado.

4.2. A garantia do produto consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/9/1990, e alterações – (Código de Defesa do Consumidor), bem como dos encargos previstos à Contratada.

4.3. A contratada deverá, durante a vigência do contrato, sem ônus adicional para a Contratante, fornecer novas versões da solução que forem lançadas para correções de falhas na aplicação (bugs) ou atualizações e melhorias.

4.4. A empresa fornecedora deve garantir serviços de atendimento e suporte técnico, pelo período de validade das licenças, disponíveis em horário comercial, em dias úteis, através de telefone ou via web. Atendimento em língua portuguesa (BR).

4.5. As licenças por subscrição/assinatura deverão contar com garantia do fabricante, incluindo acesso imediato às atualizações de versão (upgrade), melhorias, correções de erros e suporte, durante o período contratado.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SETIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/01/2024.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s)

índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.11. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

9.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a

seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial

descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.2. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4. der causa à inexecução total do contrato;

11.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.7. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.10. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.11. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.12. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.13. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. Multa:

11.15. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.16. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.17. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.18. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.23. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.24. as peculiaridades do caso concreto;

11.25. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.26. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.27. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.28. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.29. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.30. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.32. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92,

XIX)

Este documento foi assinado eletronicamente por ALBERTO, CLEBER, KARINA

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=bc87924e-97e4-4481-b205-8b65a0bb6dba&sequencia=2965>

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 12.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 12.5. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 12.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.11. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.12. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.13. Indenizações e multas.
- 12.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRCSC deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 13.2. Gestão/Unidade: CRCSC
- 13.3. Programa de Trabalho: SOFTWARES
- 13.4. Elemento de Despesa: 6.3.2.1.05.01.002
- 13.5. Nota de Empenho:
- 13.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Este documento foi assinado eletronicamente por ALBERTO, CLEBER, KARINA

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=bc87924e-97e4-4481-b205-8b65a0bb6dba&sequencia=2965>

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Florianópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÉBER DIAS

Diretor Administrativo e de Infraestrutura do CRCSC

KARINA GOMES NASCIMENTO
Sócia KG NASCIMENTO MARKETING

Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

- ✓ KARINA GOMES NASCIMENTO (CPF XXX.849.563-XX) em 08/03/2024 15:23:39
- ✓ CLEBER DIAS (CPF XXX.564.389-XX) em 12/03/2024 09:30:01
- ✓ JHONATAN ALBERTO COSTA (CPF XXX.428.909-XX) em 12/03/2024 16:18:24

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: bc87924e-97e4-4481-b205-8b65a0bb6dba

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação
acessando o link abaixo:

<https://cadastro2.crcsc.org.br/spw/AssinaturaDigital/ValidaAssEletronica.aspx?codigo=bc87924e-97e4-4481-b205-8b65a0bb6dba&sequencia=2965>

Relatório final de Processo

Prezado Senhora Ana Cláudia Antunes Vallejos,

Informamos que sua solicitação de aquisição, processo SEI 9079626110000691.000001/2024-83, foi aprovada, momento em que encaminhamos orientações para execução, fiscalização, e pagamento da contratação;

Encaminhamos junto a esse documento a ordem de fornecimento, documento que deve ser encaminhada à contratada.

A fiscalização do contrato deve ser realizada nos termos do decreto 11.246/2022.

O termo de recebimento provisório deve ser encaminhado via SEI para efeito de análise do gestor do contrato e posterior pagamento.

A publicidade do certame foi dada conforme Parágrafo Único, Art. 72, da Lei 14.133/2021, podendo ser consultado no link abaixo:

<https://pncp.gov.br/app/editais/83901983000164/2024/4>

A publicidade do contrato foi dada conforme, Art. 94, da Lei 14.133/2021, podendo ser consultado no link abaixo:

<https://pncp.gov.br/app/contratos/83901983000164/2024/4>

Colocamo-nos à disposição:

Eduardo Santos Oliveira
Agente de Contratação

ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à aquisição de plano anual destinado a concessão de códigos QR.

1. REFERÊNCIA

1.1. Processo Administrativo nº: 9079626110000691.000001/2024-83.

1.2. Dispensa Eletrônica nº: 01/2024.

1.3. Empenho: 340

1.4. Valor do Contrato/Empenho: R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais).

1.5. Contratada: KG NASCIMENTO MARKETING

1.6. Prazo Contratual: 12 (doze) meses.

1.7. Prazo de Execução/entrega: 02 (dois) dias a partir da assinatura do contrato.

1.8. Fiscal de contrato: Maitieli Oliveira Weber.

Contato: coordenador.comunicacao@crcsc.org.br

1.9. Gestor do Contrato: Jhonatan Alberto Costa.

Contato: coordenador.licitacao@crcsc.org.br

Pela presente Ordem de Fornecimento, autorizamos a KG NASCIMENTO MARKETING a entregar os serviços objeto do contrato acima epigrafado, celebrado entre o CRCSC e a empresa acima.

Eduardo Santos Oliveira
Agente de Contratação